

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano XCV • Nº 49

Poder Legislativo

Recife, sexta-feira, 6 de abril de 2018

Audiência pública marca Dia Estadual de Combate ao Femicídio na Alepe

Encontro foi promovido pela Comissão de Defesa da Mulher

As medidas adotadas pelo Poder Público para fazer frente aos assassinatos de mulheres relacionados à condição de sexo feminino - foram debatidas, ontem, em audiência pública da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. A reunião foi uma atividade do Dia de Combate ao Femicídio, estabelecido por lei, tendo como marco o dia da morte de Mirella Sena de Araújo, há exatamente um ano. Familiares da fisioterapeuta, que desde então se mobilizam no enfrentamento à violência contra a mulher, também participaram da discussão.

Mirella foi morta por um vizinho, a golpes de faca no apartamento onde morava, em um flat em Boa Viagem (Zona Sul do Recife). Durante a audiência pública, os pais dela, Suely Araújo e Wilson Pacheco, lembraram que a filha não tolerava violência contra a mulher. “Quando uma mulher é assassinada, todas nós morremos também. Mata-se a avó, a mãe, a filha, a militante. É inadmissível que no século 21 a gente continue sendo um país machista. Mirella lutou de todas as formas, mas não conseguiu. Por isso, lutamos para mudar essa realidade”, expressou Suely, emocionada.

O pai de Mirella reforçou que a iniciativa da família busca dar continuidade a uma causa que ela própria estaria apoiando, se estivesse viva. Pacheco defendeu que o tema seja debatido nas escolas para conscientizar os jovens que vivenciam situações de violência do-



FOTO: JARBAS ARAÚJO

MARCO - Data coincide com o dia da morte da fisioterapeuta Mirella Sena de Araújo, por um vizinho, há exatamente um ano

méstica e evitar que repitam esses comportamentos.

Presidente da Comissão e autora do projeto de lei do Dia Estadual de Combate ao Femicídio, a deputada Simone Santana (PSB) relembrou outros casos ocorridos em 2017. Os crimes citados tiveram como vítimas a dona de casa Eliane Maria da Costa, a empregada doméstica Aldenice da Hora, a secretária Gisely Kelly Tavares dos Santos e a estudante Remis Carla da Costa.

“Nos casos em que as vítimas pertencem a famílias de baixa renda e são negras ou pardas (e a maioria das mulheres vítimas de violência doméstica e feminicídio se encaixa nesse perfil), suas histórias não ganham repercussão e se perdem nas estatísticas. Até mesmo os crimes mais emblemáticos de feminicídio ainda avançam a passos lentos para serem reconhecidos por sua motivação de gênero e julgados como tal”, apontou a parlamentar, considerando como

avanço a criação da categoria feminicídio nos Boletins de Ocorrência da Polícia Civil no Estado.

Durante a audiência, a titular da secretaria estadual da Mulher, Sílvia Cordeiro, e outras participantes do Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre Femicídio (GTIF) expuseram as medidas adotadas para dar mais eficiência às investigações e processos judiciais das mortes violentas de mulheres com perspectiva de gênero. “No final do trabalho, va-

mos apresentar o protocolo e receber contribuições da Alepe, de movimentos sociais e do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Pernambuco”, informou a gestora.

Chefe do Departamento de Polícia da Mulher de Pernambuco, a delegada Gleide Ângelo frisou que a sociedade precisa se envolver no debate, pois a polícia, sozinha, não pode antecipar a ocorrência do feminicídio. “A gente tem que trabalhar para que a mulher não mor-

ra. Em 2017, dos 78 casos notificados, apenas duas procuraram a Polícia antes. Os vizinhos não denunciam, as pessoas se afastam e a mulher que sofre violência doméstica fica sozinha. Precisamos todos trabalhar juntos para mudar essa cultura”, afirmou.

Também participaram da reunião representantes do Ministério Público de Pernambuco, da Ordem dos Advogados, da Defensoria Pública e das polícias Militar e Científica.

CERTIFICADO DIGITALMENTE

Grande Expediente Especial homenageia 80 anos do Colégio Mazzarello

Instituto tem cerca de mil alunos na Educação Infantil e nos ensinos Fundamental e Médio

Os 80 anos de existência do Instituto Santa Maria Mazzarello foram comemorados, ontem, no Grande Expediente Especial. O trabalho de formação educacional promovido pelas Irmãs Salesianas na unidade de ensino foi o motivo da homenagem, fruto de requerimento da deputada Teresa Leitão (PT).

“Não são todos os colégios que chegam aos 80 anos com a vitalidade do Mazzarello”, ressaltou a parlamentar. “A bela e inspiradora história da instituição reflete o envolvimento de pais, professores e alunos, que mostram o compromisso com uma educação que vai além da sala de aula, promovendo cidadania, senso crítico, solidariedade e respeito”, considerou Teresa Leitão. A reunião foi aberta pelo deputado Eduíno Brito (PP), que ressaltou “a importância da homenagem a escolas como essa, que fazem o Brasil crescer por meio da educação”.

“Educar para a vida, formando um bom cristão e um honesto cidadão é o objetivo das escolas que



FOTO: SABRINA NÓBREGA

CELEBRAÇÃO - Evento, proposto pela deputada Teresa Leitão, contou com presença de alunos e professores da unidade de ensino

seguem o projeto educativo de Dom Bosco e Madre Mazzarello”, explicou a diretora do colégio, Irmã Maria Teixeira Sobrinha, citando os dois santos católicos que estão na origem do trabalho filantrópico e educacional da Congregação Salesiana. “A pedagogia das nossas

unidades está fundamentada em três pilares: razão, religião e amor”, complementou a diretora.

O Colégio Mazzarello foi fundado no dia 29 de março de 1938, no bairro da Várzea (Zona Oeste do Recife), por iniciativa do casal Laura e Joaquim Ota-

viano de Almeida, que doou o imóvel para a instalação de uma escola com a finalidade de atender os filhos de operários das fábricas vizinhas. Hoje, o instituto é um estabelecimento de caráter filantrópico com cerca de mil alunos, que oferece aulas de Educação Infantil,

Ensino Fundamental e Ensino Médio.

A deputada Laura Gomes (PSB), ex-aluna do colégio, relembrou a passagem pela unidade de ensino e saudou os alunos presentes à Reunião Plenária. “Queremos que nossos estudantes estejam inseridos na sociedade,

inclusive para no futuro ocuparem cadeiras nesta Casa Legislativa, como a nossa ex-aluna Laura Gomes”, registrou a professora Ariane Câmara, que representou o corpo docente da escola no evento. Os alunos foram representados pela estudante Luana Monteiro Barbosa.

Plenário

Julgamento de policiais

O deputado Edilson Silva (PSOL) registrou, ontem, o início do julgamento dos policiais militares acusados de matar o estudante Edvaldo da Silva Alves. O assassinato, por arma de fogo, ocorreu em Itambé (Mata Norte), em março do ano passado. Quatro policiais serão julgados pelo assassinato. “Trata-se de um crime grave e emblemático, diante das circunstâncias. Vamos acompanhar todo o processo de perto, e até o final, para que a punição dos culpados seja exemplar”, declarou o parlamentar, em discurso no Pequeno Expediente. O caso, que trata de homicídio simples e crime de tortura, está na Vara Única da Comarca de Itambé, onde ocorrerá a audiência. Edilson também pontuou “a responsabilidade de o Governo do Estado corrigir o que foi feito”. Nesse sentido, ressaltou que, “felizmente, a indenização à família já foi garantida”.



Repasses do FEM aos municípios

O atraso em repasses de edições antigas do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal (FEM) voltou a motivar, ontem, pronunciamento do líder da Oposição, deputado Sílvio Costa Filho (PRB). O parlamentar pediu que o Governo do Estado “pague suas contas com as cidades”. O pronunciamento aconteceu por ocasião da realização do Congresso Pernambucano dos Municípios, organizado pela Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe). “O Estado ainda deve mais de R\$ 280 milhões desde as edições de 2014 e 2015”, frisou. “Os prefeitos se comprometeram a fazer obras nas suas cidades e agora têm de ficar com o pires na mão para conseguir pagá-las”, lamentou. O FEM prevê repasses do Estado às cidades para investimentos em áreas como infraestrutura, educação, saúde e segurança.



Reajuste para professores

A incorporação dos profissionais do Colégio da Polícia Militar (CPM-PE) de Pernambuco à lista de contemplados com o reajuste salarial dos professores, aprovado na última quarta (4), foi comemorada, ontem, pelo deputado Joel Harpa (PODE). O parlamentar havia se pronunciado sobre o tema na última segunda (2), quando fez apelo pelo reconhecimento da categoria. “Estava ontem em Brasília, e fiquei muito feliz com a notícia de que o Poder Executivo encaminhou emenda acatando o pleito dos professores do CPM”, contou. O parlamentar aproveitou também para pedir ao Poder Executivo atenção ao caso dos profissionais da Banda de Música da Polícia Militar. “Muitos componentes do conjunto não integram o quadro de policiais musicos. É preciso que se regularize isso”, frisou.



Nota da Redação

Diferentemente do que foi publicado na edição do dia 05 de abril de 2018 do Diário Oficial do Poder Legislativo, na reportagem “Comissão de Meio Ambiente visita aterro sanitário em Igarassu”, no trecho “De acordo com a gestora, a separação do ‘lixo reciclável’”, a frase correta é “De acordo com a gestora, a separação do ‘material reciclável’...”.



REUNIÃO - Encontro em Plenarinho da Assembleia também contou com a presença de representantes da OAB, do TRE e da UFPE

Frente Parlamentar conhece trabalho da Delegacia de Repressão aos Crimes Cibernéticos

Unidade é a única no Estado a contar com estrutura para apurar esse tipo de delito

A Frente Parlamentar de Combate a Crimes Cibernéticos recebeu, ontem, o responsável pela única delegacia do Estado especializada em combater esse tipo de delito. O delegado Derivaldo Falcão informou que 1.150 inquéritos foram abertos pela unidade no último ano, a maioria para apurar crimes contra a honra - como injúria, calúnia e difamação - a partir da divulgação de notícias falsas (*fake news*). Coordenador do colegiado, o deputado Aluísio Lessa (PSB) anunciou uma visita à

delegacia na próxima semana. “É importante conhecer a estrutura e levantar as demandas da unidade. Assim, poderemos buscar formas de contribuir com o trabalho desenvolvido pelo órgão”, ressaltou.

Segundo o delegado, é possível responsabilizar criminal ou civilmente não apenas quem originou a notícia falsa contra a honra de alguém, mas também quem a compartilhou. Ele ressaltou, no entanto, que a legislação brasileira ainda não tipifica criminalmente as *fake news*,

embora propostas legislativas nesse sentido já estejam sendo apresentadas no Congresso Nacional. Falcão apontou, ainda, outras dificuldades de se investigar crimes envolvendo a rede mundial de computadores, entre elas o fato de que muitos desses delitos são cometidos a partir de máquinas que estão em outros países, dependendo, portanto, de cooperações internacionais.

Presidente da Comissão de Direito da Tecnologia e da Informação da OAB Pernambuco, Raquel Saraiva avaliou a aprovação do Marco Civil

da Internet, em 2014, como um avanço legislativo. “Não podemos deixar um direito caro à democracia, como a liberdade de expressão, a cargo da decisão de empresas privadas”, afirmou. Também da OAB-PE, André Gouveia frisou que os trabalhos devem ir além da repressão. “Poderíamos usar a estrutura educacional para promovermos a alfabetização digital. Além disso, verificar o que os desenvolvedores de tecnologia e o Estado podem fazer para enfrentar o fenômeno”, opinou.

O crescimento das *fake news* e o uso de robôs vêm sendo estudados pelo pesquisador em comunicação Bruno Gueiros, que louvou a iniciativa da Frente Parlamentar. Coordenador de Infraestrutura de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PE), George Maciel mostrou-se preocupado com o impacto das notícias falsas nas eleições. “Como o indivíduo não consegue burlar a urna eletrônica, ele está partindo para outra tática a fim de prejudicar o processo: enganar os eleitores”, anali-

sou, informando que o TRE e a Polícia Federal já estão trabalhando para inibir essas atividades.

Os deputados Isaltino Nascimento (PSB), Romário Dias (PSD), Laura Gomes (PSB) e Roberta Arraes (PSB) valorizaram a iniciativa da Frente de debater o tema. “Com esses encontros, vamos ter uma visão ampla de como o fenômeno funciona”, disse Dias. “Ao fim, encaminharemos as sugestões levantadas para as instituições que possam colaborar no combate aos crimes”, frisou Nascimento.

STF

Deputados criticam decisão que autoriza prisão de Lula após julgamento em 2ª instância

O julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF), na última quarta (4), que negou o habeas corpus preventivo pedido pela defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, motivou, ontem, críticas no Plenário da Assembleia. A maioria dos ministros da Corte entendeu que Lula poderá ser preso no processo em que é réu após decisão de segunda instância na Justiça. Os deputados Teresa Leitão (PT), Laura Gomes (PSB), Odacy Amorim (PT) e Isaltino Nascimento (PSB) lamentaram a decisão.

Teresa Leitão leu, da tribuna, a nota oficial do Partido dos Trabalhadores em repúdio ao resultado do julgamen-



OPINIÃO - Teresa Leitão, Laura Gomes, Odacy Amorim e Isaltino Nascimento lamentaram o resultado

to. “O Supremo sancionou mais uma violência contra o maior líder popular do País”, registrou o documento. “Lula é inocente e isso será procla-

mado num julgamento justo. Quem tem a força do povo, quem tem a verdade ao seu lado, sabe que a Justiça ainda vai prevalecer.”

Para Laura Gomes, que lamentou a “apatia” da população frente ao episódio, os ministros não levaram em conta a história e o legado do

ex-presidente para o Brasil. A socialista sublinhou que o governo do petista tirou pessoas da pobreza e ampliou o acesso à educação. “Amanheci o dia de luto, mas temos de continuar na luta e manter a esperança de que teremos um Supremo melhor.”

A melhora da economia sob o Governo Lula também foi citada por Odacy Amorim, que disse respeitar a decisão do tribunal, mas considerou que a lei “não pode ser aplicada sem reflexão”. O petista pediu ânimo aos apoiadores do ex-presidente para resistir. “A história vai julgar esse dia como um dia triste. Lula será preso, mas vamos tirar o melhor dessa situação e olhar

para frente, sem convulsão social ou enfrentamento fora da lei”, declarou.

Isaltino Nascimento afirmou que o resultado do julgamento “apequena o Supremo” e atende a interesses de elites econômicas que não querem ver as pessoas terem acesso a melhores condições de vida. Para explicar a pouca reação do povo à decisão, o parlamentar citou o filósofo alemão Karl Marx e considerou que as ideias dos segmentos poderosos “são introjetadas” nas camadas populares. “O que está em xeque não é a liberdade do ex-presidente Lula, mas a possibilidade de os setores que pensam a democracia no Brasil se mobilizarem”, concluiu.

Lei

LEI Nº 16.328, DE 5 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a remuneração dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que, a Assembleia Legislativa aprovou, o Governador do Estado, nos termos do § 3º do art. 23 da Constituição Estadual, sancionou, e eu, Presidente do Poder Legislativo, nos termos do § 8º do mesmo artigo, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam reajustados em 6% (seis por cento) os valores dos subsídios e vencimentos base dos cargos efetivos, comissionados e funções gratificadas no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

Art. 2º Ficam reajustados em 6% (seis por cento) os proventos dos servidores aposentados da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco e pensionistas.

Art. 3º As despesas decorrentes com a aplicação desta Lei correrão por conta de dotação própria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 1º de abril de 2018, data base fixada no art. 16 da Lei nº 15.342, de 30 de junho de 2014, que institui o programa de negociação permanente no âmbito da Assembleia Legislativa.

Palácio Joaquim Nabuco, Recife, 5 de abril do ano de 2018, 202º da
Revolução Republicana Constitucionalista e 196º da Independência do Brasil.

GUILHERME UCHÔA
Presidente

Resolução

RESOLUÇÃO Nº 1.517, DE 4 DE ABRIL DE 2018.

Concede o Prêmio Internacional País Amigo de Pernambuco à República Federal da Alemanha.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido à República Federal da Alemanha o Prêmio Internacional País Amigo de Pernambuco, edição 2018, nos termos da Resolução nº 1.434, de 17 de maio de 2017.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Joaquim Nabuco, Recife, 4 de abril do ano de 2018, 202º da
Revolução Republicana Constitucionalista e 196º da Independência do Brasil.

GUILHERME UCHÔA
Presidente

O PROJETO QUE ORIGINOU ESTA RESOLUÇÃO É DE
AUTORIA DA DEPUTADA ROBERTA ARRAES

REPUBLICADA

PODER LEGISLATIVO

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; 1º Vice-Presidente, Pastor Cleiton Collins; 2º Vice-Presidente, Deputado Romário Dias; 1º Secretário, Deputado Diogo Moraes; 2º Secretário, Deputado Vinícius Labanca; 3º Secretário, Deputado Júlio Cavalcanti; 4º Secretário, Deputado Eriberto Medeiros; 1º Suplente, Deputado Augusto César; 2º Suplente, Deputada Socorro Pimentel; 3º Suplente, Deputado Henrique Queiroz; 4º Suplente, Deputado André Ferreira. **Procurador-Geral** - Ismar Teixeira Cabral; **Superintendente-Geral** - Cristiane Alves de Lima; **Secretária-Geral da Mesa Diretora** - Ana Olímpia Celso de M. Severo; **Superintendente de Planejamento e Gestão** - Sheila Carina de Aquino Cunha; **Superintendente Administrativo** - Maria do Socorro Christiane Vasconcelos Pontual; **Superintendente de Gestão de Pessoas** - Maria Margarida Freire Novaes; **Superintendente de Tecnologia da Informação** - Bráulio José de Lira Clemente Torres; **Chefe do Cerimonial** - Francklin Bezerra Santos; **Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional** - Aldo Mota; **Superintendente de Segurança Legislativa** - Tenente Coronel Renildo Alves de Barros Cruz; **Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo** - Cynthia Barreto; **Auditora-Chefe** - Maria Gorete Pessoa de Melo; **Superintendente da Escola do Legislativo** - Sebastião Rufino; **Consultor-Geral** - Marcelo Cabral e Silva; **Ouvidor-Geral** - Deputado Adalto Santos; **Ouvidor Executivo** - Douglas Stravos Diniz Moreno; **Superintendente de Comunicação Social** - Margot Dourado; **Chefe do Departamento de Imprensa** - Helena Castro de Alencar; **Editora** - Verônica Barros; **Subeditoras** - Cláudia Lucena e Isabelle Costa Lima; **Repórteres** - André Zahar, Edson Alves Jr., Gabriela Bezerra, Ivanna Castro, Luciano Galvão Filho e Amanda Silva (estagiária); **Fotografia**: Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Breno Laprovitera (Edição de Fotografia), Giovanni Costa, Lourival Maia, Sabrina Nóbrega e Kerol Correia (estagiária); **Diagramação e Editoração Eletrônica**: Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão; **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3217-2107. PABX 3183.2211. **Nosso e-mail**: scom@alepe.pe.gov.br.



Ato

ATO Nº. 620/18

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº. 043/2018, da Deputada Roberta Arraes, **RESOLVE**: exonerar dos cargos em comissão daquele Gabinete, conforme planilha abaixo, nos termos da Lei nº.11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13 e 15.985/17.

NOME	CARGO	SÍMBOLO
JEZUA FERREIRA DA SILVA	Assessor Especial	PL-ASC
LUIZA HELENA DA SILVA	Secretário Parlamentar	PL-SPC

Sala Torres Galvão, 5 de abril de 2018.

Deputado GUILHERME UCHOA
Presidente

ATO Nº. 621/18

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 043/2018, da Deputada Roberta Arraes, **RESOLVE**: nomear os servidores para exercer os cargos em comissão daquele Gabinete Parlamentar, conforme planilha abaixo, nos termos da Lei n.º11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis n.ºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13 e 15.985/17.

NOME	CARGO/SÍMBOLO	GRAT.REP.
LUIZA FERREIRA DA SILVA	Assessor Especial/PL-ASC	37,44%
MÁRCIA MARIA DE SÁ BATISTA FLORENTINO	Secretário Parlamentar/PL-SPC	0%

Sala Torres Galvão, 5 de abril de 2018.

Deputado GUILHERME UCHOA
Presidente

ATO Nº. 622/18

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 020/2018, do Deputado Francismar Pontes, **RESOLVE**: nomear THIAGO HENRIQUE NEVES FLORENCIO, para o cargo em comissão de Assessor Especial, Símbolo PL-ASC, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 120% (cento e vinte por cento), nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13 e 15.985/17.

Sala Torres Galvão, 5 de abril de 2018.

Deputado GUILHERME UCHOA
Presidente

ATO Nº. 623/18

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 26/2018, do Deputado Odacy Amorim, **RESOLVE**: exonerar a servidora GESCICA DINARA DE MACEDO MARQUES AZEVEDO, do cargo em comissão de Assessor Especial, símbolo PL-ASC, nomeando para o referido cargo, LAIANE OLIVEIRA ANDRADE, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 120% (cento e vinte por cento), nos termos da Lei nº 11.641/99, com alteração que lhe foi dada pela Lei nº 13.245/07, 15.161/13 e 15.985/17.

Sala Torres Galvão, 5 de abril de 2018.

Deputado GUILHERME UCHOA
Presidente

Ata

ATA DA VIGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS.

PRESIDÊNCIA DOS DEPUTADOS GUILHERME UCHOA E DIOGO MORAES

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS DE 4 DE ABRIL DE 2018, NO PLENÁRIO GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS DO EDIFÍCIO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES DE ALENCAR, PRESENTES OS DEPUTADOS ALUÍSIO LESSA, ANDRÉ FERREIRA, ANTÔNIO MORAES, AUGUSTO CÉSAR, BISPO OSSÉSIO SILVA, DIOGO MORAES, EDILSON SILVA, EDUÍNO BRITO, EVERALDO CABRAL, GUILHERME UCHOA, GUSTAVO NEGROMONTE, HENRIQUE QUEIROZ, ISALTINO NASCIMENTO, JADEVAL DE LIMA, JOÃO EUDES, JOAQUIM LIRA, JOSÉ HUMBERTO CAVALCANTI, LAURA GOMES, LUCAS RAMOS, ODACY AMORIM, PASTOR CLEITON COLLINS, PAULINHO TOMÉ, PRISCILA KRAUSE, RICARDO COSTA, ROBERTA ARRAES, RODRIGO NOVAES, ROGÉRIO LEÃO, ROMÁRIO DIAS, SÍLVIO COSTA FILHO, SIMONE SANTANA, SOCORRO PIMENTEL, TERESA LEITÃO, TEREZINHA NUNES, TONY GEL, VINÍCIUS LABANCA, WALDEMAR BORGES E ZÉ MAURÍCIO, JUSTIFICADAS AS AUSÊNCIAS DOS DEPUTADOS ADALTO SANTOS, ÁLVARO PORTO, BETO ACCIOLY, CLAUDIANO MARTINS FILHO, CLODOALDO MAGALHÃES, DR. VALDI, ERIBERTO MEDEIROS, FRANCISMAR PONTES, JOEL DA HARPA, JULIO CAVALCANTI, MARCANTÔNIO DOURADO E PEDRO SERAFIM NETO, LICENCIADOS OS DEPUTADOS ALBERTO FEITOSA E NILTON MOTA, O DEPUTADO GUILHERME UCHOA ABRE A REUNIÃO. OCUPAM AS CADEIRAS DE PRIMEIRO-SECRETÁRIO E SEGUNDO-SECRETÁRIO OS DEPUTADOS DIOGO MORAES E SOCORRO PIMENTEL, RESPECTIVAMENTE. AS ATAS DAS REUNIÕES PLENÁRIAS DE ONTEM SÃO LIDAS, SUBMETIDAS À DISCUSSÃO E À VOTAÇÃO, APROVADAS, ASSINADAS E ENVIADAS À PUBLICAÇÃO. O EXPEDIENTE É LIDO, ASSINADO E ENVIADO À PUBLICAÇÃO. INICIA O PEQUENO EXPEDIENTE. A DEPUTADA SOCORRO PIMENTEL DEMONSTRA PREOCUPAÇÃO COM PROPOSTA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE DE FUNCIONAMENTO DE CRECHES NOS PRÉDIOS CONSTRUÍDOS PARA

Nosso endereço na Internet: <http://www.alepe.pe.gov.br>

UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E DE PRONTO ATENDIMENTO. A DEPUTADA TEREZINHA NUNES DEFENDE PROJETO DE LEI DE SUA AUTORIA DE ESTABELECIMENTO DE PERCENTUAIS DE OCUPAÇÃO POR MULHERES DE CARGOS DE DIREÇÃO E CHEFIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ESTADUAL. O DEPUTADO EDILSON SILVA REPUDIA DECLARAÇÃO DO GENERAL VILLAS BOAS POSTADA ONTEM EM REDE SOCIAL. INICIA A ORDEM DO DIA. SÃO APROVADOS EM DISCUSSÃO ÚNICA OS PARECERES DE REDAÇÃO FINAL 6044 A 6046. ANUNCIADA A SEGUNDA DISCUSSÃO DO PROJETO 1878, VOTAM "SIM" OS DEPUTADOS ANDRÉ FERREIRA, ANTÔNIO MORAES, BISPO OSSÉSIO SILVA, DIOGO MORAES, EDILSON SILVA, EDUÍNO BRITO, ISALTINO NASCIMENTO, JADEVAL DE LIMA, JOAQUIM LIRA, JOSÉ HUMBERTO CAVALCANTI, LAURA GOMES, LUCAS RAMOS, ODACY AMORIM, PAULINHO TOMÉ, PRISCILA KRAUSE, RODRIGO NOVAES, ROGÉRIO LEÃO, ROMÁRIO DIAS, SIMONE SANTANA, SOCORRO PIMENTEL, TERESA LEITÃO, TEREZINHA NUNES, TONY GEL, VINÍCIUS LABANCA, WALDEMAR BORGES E ZÉ MAURÍCIO (26 VOTOS) E DEIXAM DE VOTAR OS DEPUTADOS ADALTO SANTOS, ALUÍSIO LESSA, ÁLVARO PORTO, AUGUSTO CÉSAR, BETO ACCIOLY, CLAUDIANO MARTINS FILHO, CLODOALDO MAGALHÃES, DR. VALDI, ERIBERTO MEDEIROS, EVERALDO CABRAL, FRANCISMAR PONTES, GUSTAVO NEGROMONTE, HENRIQUE QUEIROZ, JOÃO EUDES, JOEL DA HARPA, JULIO CAVALCANTI, MARCANTÔNIO DOURADO, PASTOR CLEITON COLLINS, PEDRO SERAFIM NETO, RICARDO COSTA, ROBERTA ARRAES, SÍLVIO COSTA FILHO E GUILHERME UCHOA, ESTE EM VIRTUDE DO DISPOSTO NO ARTIGO 65, INCISO IV, ALÍNEA "C", DO REGIMENTO INTERNO (23 PARLAMENTARES), SENDO APROVADO EM SEGUNDA DISCUSSÃO O PROJETO 1878. ANUNCIADA A SEGUNDA DISCUSSÃO DO PROJETO 1899 COM A EMENDA 1, A DEPUTADA TERESA LEITÃO RELATA A APRESENTAÇÃO DE EMENDAS À PROPOSIÇÃO E DISCORRE SOBRE A CAMPANHA REIVINDICATÓRIA DA CATEGORIA DE PROFESSORES. VOTAM "SIM" OS DEPUTADOS ANTÔNIO MORAES, BISPO OSSÉSIO SILVA, DIOGO MORAES, EDILSON SILVA, EDUÍNO BRITO, ISALTINO NASCIMENTO, JADEVAL DE LIMA, JOÃO EUDES, JOAQUIM LIRA, JOSÉ HUMBERTO CAVALCANTI, LAURA GOMES, LUCAS RAMOS, ODACY AMORIM, PAULINHO TOMÉ, PRISCILA KRAUSE, RICARDO COSTA, RODRIGO NOVAES, ROGÉRIO LEÃO, ROMÁRIO DIAS, SIMONE SANTANA, SOCORRO PIMENTEL, TERESA LEITÃO, TEREZINHA NUNES, TONY GEL, VINÍCIUS LABANCA, WALDEMAR BORGES E ZÉ MAURÍCIO (27 VOTOS) E DEIXAM DE VOTAR OS DEPUTADOS ADALTO SANTOS, ALUÍSIO LESSA, ÁLVARO PORTO, ANDRÉ FERREIRA, AUGUSTO CÉSAR, BETO ACCIOLY, CLAUDIANO MARTINS FILHO, CLODOALDO MAGALHÃES, DR. VALDI, ERIBERTO MEDEIROS, EVERALDO CABRAL, FRANCISMAR PONTES, GUSTAVO NEGROMONTE, HENRIQUE QUEIROZ, JOEL DA HARPA, JULIO CAVALCANTI, MARCANTÔNIO DOURADO, PASTOR CLEITON COLLINS, PEDRO SERAFIM NETO, ROBERTA ARRAES, SÍLVIO COSTA FILHO E GUILHERME UCHOA, ESTE EM VIRTUDE DO DISPOSTO NO ARTIGO 65, INCISO IV, ALÍNEA "C", DO REGIMENTO INTERNO (22 PARLAMENTARES), SENDO APROVADO EM SEGUNDA DISCUSSÃO O PROJETO 1899 COM A EMENDA 1. SÃO APROVADOS EM DISCUSSÃO ÚNICA AS INDICAÇÕES 10808 A 10827 E OS REQUERIMENTOS 4749 A 4753. ASSUME A PRESIDÊNCIA O DEPUTADO DIOGO MORAES. INICIA O GRANDE EXPEDIENTE. O DEPUTADO BISPO OSSÉSIO SILVA RELATA A PASSAGEM DO ANIVERSÁRIO DE CINQUENTA ANOS DE FALECIMENTO DE MARTIN LUTHER KING, EXALTA SUA FIGURA E É APARTEADO PELOS DEPUTADOS EDILSON SILVA E ISALTINO NASCIMENTO. O DEPUTADO ODACY AMORIM DISCORRE SOBRE AS CIRCUNSTÂNCIAS DO JULGAMENTO NO STF DO *HABEAS CORPUS* DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA. O DEPUTADO ISALTINO NASCIMENTO TECE REFLEXÕES SOBRE O ROTEIRO DE GOLPES COMETIDOS CONTRA PRESIDENTES DA REPÚBLICA BRASILEIRA, APONTA CONSEQUÊNCIAS DO ENTENDIMENTO SOBRE A MANUTENÇÃO DE ANTECIPAÇÃO DE PRISÃO APÓS CONDENAÇÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA E É APARTEADO PELOS DEPUTADOS SÍLVIO COSTA FILHO E GUSTAVO NEGROMONTE. OS PROJETOS 1904 E 1905 SÃO ENVIADOS A COMISSÕES, ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO COM AS INDICAÇÕES 10836 A 10874 E OS REQUERIMENTOS 4762 A 4774. O PRESIDENTE ENCERRA A REUNIÃO E CONVOCA A SEGUINTE, ORDINÁRIA, PARA AMANHÃ NO HORÁRIO REGIMENTAL NESTE PLENÁRIO.

Expediente

TRIGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE ABRIL DE 2018.

EXPEDIENTE

PARECER Nº 6064 - DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR opinando favorável ao Projeto de Ordinária nº 1850, juntamente com Emenda nº 01. À Imprimir.

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 6065 - DA COMISSÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL opinando favorável ao Projeto de Ordinária nº 1900. À Imprimir.

X X X X X X X X X X

PARECERES NºS 6066, 6067, 6068, 6069, 6070 E 6071 - DA COMISSÃO DE NEGÓCIOS MUNICIPAIS opinando favorável aos Projetos nºs 1870, 1879, 1881, 1882, 1884 e 1900. À Imprimir.

X X X X X X X X X X

PARECERES NºS 6072 E 6073 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL dando Redação Final aos Projetos nºs 1878 e 1899. À Imprimir.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 11/2018 - DO DIRETOR DE OPERAÇÕES E CONSTRUÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE PERNAMBUCO - DER/PE prestando esclarecimento a acerca da Indicação nº 10538, de autoria do Deputado Adalto Santos. Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X X

OFÍCIOS NºS 12 E 13/2018 - DO DIRETOR DE OPERAÇÕES E CONSTRUÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE PERNAMBUCO - DER/PE prestando esclarecimento a acerca das Indicações nºs 10285 e 10278, de autoria do Deputado João Eudes. Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 344/2018 - DO DIRETOR EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE TRANSPORTES EM PERNAMBUCO - DER/PE prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 10115, autoria do Deputado Tony Gel. Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X X

OFÍCIOS NºS 345 E 350/2018 - DO DIRETOR EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE TRANSPORTES EM PERNAMBUCO - DER/PE prestando esclarecimento acerca das Indicações nºs 10114 e 10113, autoria do Deputado Eduíno Brito. Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X X

OFÍCIOS NºS 346 E 356/2018 - DO DIRETOR EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE TRANSPORTES EM PERNAMBUCO - DER/PE prestando esclarecimento acerca das Indicações nºs 10198 e 10225, autoria do Deputado João Eudes. Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X X

OFÍCIOS NºS 347, 352, 353 E 354/2018 - DO DIRETOR EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE TRANSPORTES EM PERNAMBUCO - DER/PE prestando esclarecimento acerca das Indicações nºs 10163, 10167, 10086 e 10165, autoria do Deputado Aluísio Lessa.

Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 351/2018 - DO DIRETOR EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE TRANSPORTES EM PERNAMBUCO - DER/PE prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 10127, autoria do Deputado Joaquim Lira.

Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 355/2018 - DO DIRETOR EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE TRANSPORTES EM PERNAMBUCO - DER/PE prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 10189, autoria do Deputado Diogo Moraes.

Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 579/2018 - DO SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ADMINISTRAÇÃO DO GOVERNO DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento a acerca da Indicação nº 10359, de autoria do Deputado Ricardo Costa.

Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 204/2018 - DO SECRETÁRIO EXECUTIVO DE RECURSOS HÍDRICOS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO GOVERNO DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento a acerca da Indicação nº 10169, de autoria do Deputado Aluísio Lessa.

Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 007/2018 - DA SECRETÁRIA EXECUTIVA DE COORDENAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE SAÚDE DO GOVERNO DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento a acerca da Indicação nº 5721, de autoria do Deputado José Humberto Cavalcanti.

Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X X

REQUERIMENTO - DO DEPUTADO JOEL DA HARPA solicitando dispensa da presença nas reuniões Plenárias do dia 04 abril de 2018, para viagem a Brasília. Inteirada.

X X X X X X X X X X

COMUNICADOS NºS 226800 A 226899 DO PRESIDENTE DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Às 2ª e 5ª Comissões.

X X X X X X X X X X

Parecer de Comissão

Parecer Nº 6074/2018

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Parecer ao Projeto de Lei Ordinária Nº. 1900/2018

Autor do Projeto: Governador do Estado

EMENTA: Proposição Normativa de iniciativa do Governador do Estado, que visa à alteração da a Lei nº 12.109, de 26 de novembro de 2001, que dispõe sobre a Política Estadual do Idoso, a Lei nº 14.458, de 1º de novembro de 2011, que cria o Fundo Estadual dos Direitos do Idoso de Pernambuco - FEDIPE, a Lei nº 15.550, de 10 de julho de 2015, que dispõe sobre o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa - CEDPI. A alteração fundamenta-se na necessidade de adequação a normatização vigente às disposições da Lei Lei nº 15.452, de 15 de janeiro de 2015, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Poder Executivo e à Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2018, que vincula o planejamento, o apoio, a coordenação e a execução da política estadual de amparo e garantia de direitos da pessoa idosa à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, permitindo o aperfeiçoamento da execução de ações e das políticas públicas nesse campo de atuação. É valido salientar que a proposição não apresenta quaisquer vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade, ou mesmo, impacto orçamentário-financeiro, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, que impeça a sua apreciação por essa casa.

1. Relatório

Submetido a esta Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática, para realização de análise e elaboração de parecer, o Projeto de Lei complementar de Nº. 1900/2018, de autoria do Governador do Estado.

O Poder Executivo no âmbito do seu poder, nos termos do Art. 23, IX, da CF e no Art. 19, II e VI da CE/89, encaminha a essa casa o projeto que tem por objetivo efetuar a alteração da Lei nº 12.109, de 26 de novembro de 2001, que dispõe sobre a Política Estadual do Idoso, a Lei nº 14.458, de 1º de novembro de 2011, que cria o Fundo Estadual dos Direitos do Idoso de Pernambuco - FEDIPE, a Lei nº 15.550, de 10 de julho de 2015, que dispõe sobre o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa - CEDPI. A alteração fundamenta-se na necessidade de adequação a normatização vigente às disposições da Lei Lei nº 15.452, de 15 de janeiro de 2015, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Poder Executivo e à Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2018, que vincula o planejamento, o apoio, a coordenação e a execução da política estadual de amparo e garantia de direitos da pessoa idosa à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, permitindo o aperfeiçoamento da execução de ações e das políticas públicas nesse campo de atuação. É valido salientar que a proposição não apresenta quaisquer vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade, ou mesmo, impacto orçamentário-financeiro, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, que impeça a sua apreciação por essa casa.

É o relatório.

2. Parecer do Relator

Em atenção ao que determina o art. 103, I desta Casa Legislativa, que compete a Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática a emissão dos pareceres dos projetos de leis que lhes são submetidos.

A presente propositora está amparada pelo Art. 19, caput, da CE e no Art. 194, II do regimento interno desta Assembleia Legislativa. A Proposição Normativa de iniciativa do Governador do Estado, conforme lhe é facultado o direito pelo o Art. 19, § 1º, VI da Constituição Estadual, e que tem por finalidade à alteração da Lei nº 12.109, de 26 de novembro de 2001, que dispõe sobre a Política Estadual do Idoso, a Lei nº 14.458, de 1º de novembro de 2011, que cria o Fundo Estadual dos Direitos do Idoso de Pernambuco - FEDIPE, a Lei nº 15.550, de 10 de julho de 2015, que dispõe sobre o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – CEDPI, adequando-a as disposições da Lei nº 15.452, de 15 de janeiro de 2015. A presente proposição não apresenta quaisquer vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade, tendo sido analisado e obtido parecer favorável da CCLJ (Comissão de Constituição, Legislação e Justiça).

Neste sentido, com base nas exposições acima, este relator opina pela **Aprovação** do Projeto de Lei nº 1900/2018, que promove a alteração da Lei nº 12.109, de 26 de novembro de 2001, que dispõe sobre a Política Estadual do Idoso, a Lei nº 14.458, de 1º de novembro de 2011, que cria o Fundo Estadual dos Direitos do Idoso de Pernambuco - FEDIPE, a Lei nº 15.550, de 10 de julho de 2015, que dispõe sobre o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa - CEDPI.

Augusto César
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Assim sendo, esta Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática segue pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei complementar de Nº. 1900/2018, de iniciativa do Governador do Estado, que altera a Lei nº 12.109, de 26 de novembro de 2001, que dispõe sobre a Política Estadual do Idoso, a Lei nº 14.458, de 1º de novembro de 2011, que cria o Fundo Estadual dos Direitos do Idoso de Pernambuco - FEDIPE, e a Lei nº 15.550, de 10 de julho de 2015, que dispõe sobre o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – CEDPI, adequando às disposições da Lei nº 15.452, de 15 de janeiro de 2015.

Sala da Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática, em 5 de abril de 2018.

Presidente: João Eudes.

Relator : Augusto César.

Favoráveis os (4) deputados: Augusto César, João Eudes, Priscila Krause, Teresa Leitão.

Indicações

Indicação Nº 10875/2018

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado APELO ao Exmo. Sr. Prefeito da Cidade do Recife, Geraldo Júlio, no sentido de viabilizar ações necessárias de manutenção e ordenamento urbano no Parque Dona Lindu, localizado no bairro de Boa Viagem, e seu entorno.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Rosalinna Dantas, ..

Justificativa

O Parque Dona Lindu, obra do arquiteto Oscar Niemeyer, é localizado em área pertencente ao Governo Federal e cedida ao Município do Recife. Em seus anos de existência tornou-se importante local de lazer e convívio para os habitantes da Zona Sul do Recife, sensivelmente dos bairros de Boa Viagem e Setúbal.

Contando com pistas para cooper, skate, quadra poliesportiva, playground, áreas para descanso e ginástica, o parque abriga ainda o Teatro Luiz Mendonça e a galeria Janete Costa. É, portanto, equipamento público muito importante para a disseminação da cultura e do convívio cidadão na capital pernambucana.

Diante da sua vasta utilização pela população recifense, o Parque demanda certos cuidados por parte da municipalidade. Chegaram ao nosso gabinete informações de moradores do entorno do Parque Dona Lindu que dão conta de que o mesmo está carecendo de alguns cuidados básicos, como limpeza e manutenção das áreas de convívio, bem como o controle da perturbação sonora advinda do parque, que incomoda o descanso dos moradores do entorno. Além disso, noticiam a necessidade de a Prefeitura atentar para o provimento do correto ordenamento urbano da área, que no momento serve de abrigo a pessoas atualmente desassistidas pelo Poder Público e que reclamam o seu pronto enquadramento nos programas assistenciais de habitação e de tratamento de dependências químicas oferecidos pela PCR.

Dessa forma, diante de todo o exposto, solicito o apoio dos meus pares para que possamos levar ao conhecimento da Prefeitura da Cidade do Recife as atuais necessidades enfrentadas pelo Parque Dona Lindu.

Sala das Reuniões, em 3 de abril de 2018.

Priscila Krause
Deputada

Indicação Nº 10876/2018

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja enviado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Pernambuco, Sr. Paulo Henrique Saraiva Câmara, extensivo ao Secretário de Saúde, Sr. José Iran Costa Júnior Vieira e o Prefeito da Cidade de Sertânia, Ângelo Ferreira, no sentido de viabilizar a realização do Projeto Quero Fazer no Município de Sertânia-PE.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Sr. Paulo Henrique Saraiva Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; José Iran Costa Júnior Vieira, Secretário de Saúde; Ângelo Ferreira, Prefeito da Cidade de Sertânia.

Justificativa

Esta proposição objetiva viabilizar a realização do Projeto Quero Fazer no município de Sertânia-PE. O projeto é uma parceria da Secretaria Estadual de Saúde (SES), por meio do Programa Estadual de IST/Aids, com a Aids Healthcare Foundation (AHF), que faz ações itinerantes de testagem de infecções sexualmente transmissíveis (IST). O atendimento dura em média, cerca de 30 minutos, tempo para que seja feito o exame e o aconselhamento. Nos casos positivos, ainda é realizado o encaminhamento do paciente para o serviço de referência. O diagnóstico precoce das doenças infecciosas é importante para o tratamento e cura e também para controle e diminuição da transmissão dessas enfermidades.

Em 2017, Pernambuco notificou 396 casos de Aids, sendo 259 no público masculino e 137 no feminino. De HIV foram 1.466. Já de sífilis adquirida (público em geral), foram 2.684 casos em 2017, além de 1.341 de sífilis em gestante e 1.612 de sífilis congênita (passada da mãe para o bebê durante a gestação).

Por representar relevante pleito de maior relevância, somos pelo presente proposição, ao ensejo de sua aprovação pelos ilustres Pares que compõem esta Casa Legislativa.

Sala das Reuniões, em 4 de abril de 2018.

Eduíno Brito
Deputado

Indicação Nº 10877/2018

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja enviado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Pernambuco, Sr. Paulo Henrique Saraiva Câmara, extensivo ao Secretário de Saúde, Sr. José Iran Costa Júnior Vieira e o Prefeito da Cidade de Sanharó, Heraldo José Oliveira Almeida, no sentido de viabilizar a realização do Projeto Quero Fazer no Município de Sanharó-PE.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Sr. Paulo Henrique Saraiva Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; José Iran Costa Júnior Vieira, Secretário de Saúde; Heraldo José Oliveira Almeida, Prefeito da Cidade de Sanharó.

Justificativa

Esta proposição objetiva viabilizar a realização do Projeto Quero Fazer no município de Sanharó-PE. O projeto é uma parceria da Secretaria Estadual de Saúde (SES), por meio do Programa Estadual de IST/Aids, com a Aids Healthcare Foundation (AHF), que faz ações itinerantes de testagem de infecções sexualmente transmissíveis (IST). O atendimento dura em média, cerca de 30 minutos, tempo para que seja feito o exame e o aconselhamento. Nos casos positivos, ainda é realizado o encaminhamento do paciente para o serviço de referência. O diagnóstico precoce das doenças infecciosas é importante para o tratamento e cura e também para controle e diminuição da transmissão dessas enfermidades.

Em 2017, Pernambuco notificou 396 casos de Aids, sendo 259 no público masculino e 137 no feminino. De HIV foram 1.466. Já de sífilis adquirida (público em geral), foram 2.684 casos em 2017, além de 1.341 de sífilis em gestante e 1.612 de sífilis congênita (passada da mãe para o bebê durante a gestação).

Por representar relevante pleito de maior relevância, somos pelo presente proposição, ao ensejo de sua aprovação pelos ilustres Pares que compõem esta Casa Legislativa.

Sala das Reuniões, em 4 de abril de 2018.

Eduíno Brito
Deputado

Indicação Nº 10878/2018

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja enviado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Pernambuco, Sr. Paulo Henrique Saraiva Câmara, extensivo ao Secretário de Saúde, Sr. José Iran Costa Júnior Vieira e a Prefeita da Cidade da Pedra, José Osório Galvão de Oliveira Filho, no sentido de viabilizar a realização do Projeto Quero Fazer no Município de Pedra-PE.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Sr. Paulo Henrique Saraiva Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; José Iran Costa Júnior Vieira, Secretário de Saúde; José Osório Galvão de Oliveira Filho, Prefeita da Cidade da Pedra.

Justificativa

Esta proposição objetiva viabilizar a realização do Projeto Quero Fazer no município de Pedra-PE. O projeto é uma parceria da Secretaria Estadual de Saúde (SES), por meio do Programa Estadual de IST/Aids, com a Aids Healthcare Foundation (AHF), que faz ações itinerantes de testagem de infecções sexualmente transmissíveis (IST). O atendimento dura em média, cerca de 30 minutos, tempo para que seja feito o exame e o aconselhamento. Nos casos positivos, ainda é realizado o encaminhamento do paciente para o serviço de referência. O diagnóstico precoce das doenças infecciosas é importante para o tratamento e cura e também para controle e diminuição da transmissão dessas enfermidades.

Em 2017, Pernambuco notificou 396 casos de Aids, sendo 259 no público masculino e 137 no feminino. De HIV foram 1.466. Já de sífilis adquirida (público em geral), foram 2.684 casos em 2017, além de 1.341 de sífilis em gestante e 1.612 de sífilis congênita (passada da mãe para o bebê durante a gestação).

Por representar relevante pleito de maior relevância, somos pelo presente proposição, ao ensejo de sua aprovação pelos ilustres Pares que compõem esta Casa Legislativa.

Sala das Reuniões, em 4 de abril de 2018.

Eduíno Brito
Deputado

Indicação Nº 10879/2018

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja enviado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Pernambuco, Sr. Paulo Henrique Saraiva Câmara, extensivo ao Secretário de Saúde, Sr. José Iran Costa Júnior Vieira e o Prefeito da Cidade de Custódia, Emmanuel Fernandes de Freitas Gois, no sentido de viabilizar a realização do Projeto Quero Fazer no Município de Custódia-PE.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Sr. Paulo Henrique Saraiva Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; José Iran Costa Júnior Vieira, Secretário de Saúde; Emmanuel Fernandes de Freitas Gois, Prefeito da Cidade de Custódia.

Justificativa

Esta proposição objetiva viabilizar a realização do Projeto Quero Fazer no município de Custódia-PE. O projeto é uma parceria da Secretaria Estadual de Saúde (SES), por meio do Programa Estadual de IST/Aids, com a Aids Healthcare Foundation (AHF), que faz ações itinerantes de testagem de infecções sexualmente transmissíveis (IST). O atendimento dura em média, cerca de 30 minutos, tempo para que seja feito o exame e o aconselhamento. Nos casos positivos, ainda é realizado o encaminhamento do paciente para o serviço de referência. O diagnóstico precoce das doenças infecciosas é importante para o tratamento e cura e também para controle e diminuição da transmissão dessas enfermidades.

Em 2017, Pernambuco notificou 396 casos de Aids, sendo 259 no público masculino e 137 no feminino. De HIV foram 1.466. Já de sífilis adquirida (público em geral), foram 2.684 casos em 2017, além de 1.341 de sífilis em gestante e 1.612 de sífilis congênita (passada da mãe para o bebê durante a gestação).

Por representar relevante pleito de maior relevância, somos pelo presente proposição, ao ensejo de sua aprovação pelos ilustres Pares que compõem esta Casa Legislativa.

Sala das Reuniões, em 4 de abril de 2018.

Eduíno Brito
Deputado

Indicação Nº 10880/2018

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja enviado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Pernambuco, Sr. Paulo Henrique Saraiva Câmara, extensivo ao Secretário de Saúde, Sr. José Iran Costa Júnior Vieira e o Prefeito da Cidade de Buíque, Arquimedes Guedes Valença, no sentido de viabilizar a realização do Projeto Quero Fazer no Município de Buíque-PE.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Sr. Paulo Henrique Saraiva Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; José Iran Costa Júnior Vieira, Secretário de Saúde; Arquimedes Guedes Valença, Prefeito da Cidade de Buíque.

Justificativa

Esta proposição objetiva viabilizar a realização do Projeto Quero Fazer no município de Buíque-PE. O projeto é uma parceria da Secretaria Estadual de Saúde (SES), por meio do Programa Estadual de IST/Aids, com a Aids Healthcare Foundation (AHF), que faz ações itinerantes de testagem de infecções sexualmente transmissíveis (IST). O atendimento dura em média, cerca de 30 minutos, tempo para que seja feito o exame e o aconselhamento. Nos casos positivos, ainda é realizado o encaminhamento do paciente para o serviço de referência. O diagnóstico precoce das doenças infecciosas é importante para o tratamento e cura e também para controle e diminuição da transmissão dessas enfermidades.

Em 2017, Pernambuco notificou 396 casos de Aids, sendo 259 no público masculino e 137 no feminino. De HIV foram 1.466. Já de sífiils adquirida (público em geral), foram 2.684 casos em 2017, além de 1.341 de sífilis em gestante e 1.612 de sífilis congênita (passada da mãe para o bebê durante a gestação).

Por representar relevante pleito de maior relevância, somos pelo presente proposição, ao ensejo de sua aprovação pelos ilustres Pares que compõem esta Casa Legislativa.

Sala das Reuniões, em 4 de abril de 2018.

Eduíno Brito
Deputado

Indicação Nº 10881/2018

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja enviado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Pernambuco, Sr. Paulo Henrique Saraiva Câmara, extensivo ao Secretário de Saúde, Sr. José Iran Costa

Júnior Vieira e a Prefeita da Cidade de Arcoverde, Madalena Brito, no sentido de viabilizar a realização do Projeto Quero Fazer no Município de Arcoverde-PE.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Sr. Paulo Henrique Saraiva Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; José Iran Costa Júnior Vieira, Secretário de Saúde; Madalena Brito, Prefeita da Cidade de Arcoverde.

Justificativa

Esta proposição objetiva viabilizar a realização do Projeto Quero Fazer no município de Arcoverde-PE. O projeto é uma parceria da Secretaria Estadual de Saúde (SES), por meio do Programa Estadual de IST/Aids, com a Aids Healthcare Foundation (AHF), que faz ações itinerantes de testagem de infecções sexualmente transmissíveis (IST). O atendimento dura em média, cerca de 30 minutos, tempo para que seja feito o exame e o aconselhamento. Nos casos positivos, ainda é realizado o encaminhamento do paciente para o serviço de referência. O diagnóstico precoce das doenças infecciosas é importante para o tratamento e cura e também para controle e diminuição da transmissão dessas enfermidades.

Em 2017, Pernambuco notificou 396 casos de Aids, sendo 259 no público masculino e 137 no feminino. De HIV foram 1.466. Já de sífilis adquirida (público em geral), foram 2.684 casos em 2017, além de 1.341 de sífilis em gestante e 1.612 de sífilis congênita (passada da mãe para o bebê durante a gestação).

Por representar relevante pleito de maior relevância, somos pelo presente proposição, ao ensejo de sua aprovação pelos ilustres Pares que compõem esta Casa Legislativa.

Sala das Reuniões, em 4 de abril de 2018.

Eduíno Brito
Deputado

Indicação Nº 10882/2018

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo ao Exmo. Sr. Governador de Pernambuco, Sr. Paulo Henrique Saraiva Câmara, ao Exmo. Sr. Secretário de Agricultura e Reforma Agrária, Wellington Batista e a Ilma. Sra. Diretora do Instituto Agronômico de Pernambuco, Nedja Sette, no sentido de viabilizar a disponibilização de uma patrulha mecanizada para os distritos de São Pedro, Santo Antônio, São Francisco, Horizonte Alegre, Bica e Poço da Ovelhas, no município da Pedra/PE.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Sr. Paulo Henrique Saraiva Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; Wellington Batista, Secretário de Agricultura e Reforma Agrária; Nedja Sette, Diretora do Instituto Agronômico de Pernambuco; Joaboão Lima Cavalcanti de Araújo, Vereador da Câmara de Pedra; Rivanilson Venancio Alves, Vereador da Câmara de Pedra.

Justificativa

Esta proposição objetiva solicitar ao Governo do Estado, por meio de seu órgão competente, que viabilize a disponibilização de patrulha mecanizada para o município da Pedra.

Uma patrulha mecanizada consiste num conjunto de máquinas, equipamentos e implementos que atendem os serviços de recuperação de solos, preparo de áreas para plantio, tratos culturais, colheita, construção, recuperação, dragagem, obras de drenagem, irrigação e recuperação de estradas vicinais.

Com a chegada das fortes chuvas no sertão, muitas vezes, as estradas sofrem danos severos, fazendo com que a mobilidade fique prejudicada. A existência desse maquinário na região será de suma importância para que as estradas rurais possam ser recuperadas, e assim, permitir o deslocamento na região com segurança;

Por representar pleito de maior relevância, somos pelo presente proposição, ao ensejo de sua aprovação pelos ilustres Pares que compõem esta Casa Legislativa.

Sala das Reuniões, em 4 de abril de 2018.

Eduíno Brito
Deputado

Indicação Nº 10883/2018

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado APELO ao Presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA, Senhor Roberto Cavalcanti Tavares, no sentido de encaminhar uma equipe técnica para realizar estudo e solucionar vazamento em tubulação na Av. Doutor José Rufino, zona oeste do Recife, próximo à Escola Estadual José Mariano no bairro do Barro, na Cidade do Recife - PE.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Maria Cristina Nebberinga, Senhora; Avelino Francisco de Lima, Senhor.

Justificativa

Há dias que os moradores da AV. Doutor José Rufino no bairro do Barro na cidade de Recife, estão tendo que conviver com um vazamento em uma tubulação que persiste há dias, conforme relato de diversos moradores.

Tal situação vem causando transtornos a todos que moram nesta localidade, pois é inconcebível que a COMPESA, após ter recebido diversas reclamações, não tenha

se sensibilizado e tomado alguma providencia para solucionar a situação.

Ademais, a população que reside nesta rua merece e necessita da solução para este caso, tendo em vista a possibilidade de proliferação de doenças

infectocontagiosas, sem falar da falta de água em algumas casas, em virtude do vazamento.

Na certeza de que esta indicação contará com o apoio e sensibilidade dos que fazem a Casa Joaquim Nabuco, rogo aos meus pares que aprovelem esta indicação.

Sala das Reuniões, em 26 de março de 2018.

Priscila Krause
Deputada

Requerimento

Requerimento Nº 4775/2018

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja retirado de tramitação o Projeto de Lei Ordinária nº 1235/2017, de minha autoria que institui, no Calendário de Eventos do Estado de Pernambuco, o Dia Estadual da Exposição de Caprinos e Ovinos do povoado de Caruá - Expocarua.

Justificativa

Oral

Sala das Reuniões, em 5 de abril de 2018.

Odacy Amorim
Deputado

DEFERIDO

Atas de Comissões

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2018.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e um de março de dois mil e dezoito, no Plenarinho II, Deputado João Lyra Filho, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, Rua da União, s/n, Boa Vista – Recife - Pernambuco, nos termos regimentais e em obediência à convocação por Edital do Presidente deste Colegiado Técnico, reuniram-se sob a presidência do Deputado Lucas Ramos, os Deputados: Augusto César, Joaquim Lira, Rogério Leão e Tony Gel membros titulares. Havendo quórum regimental o Senhor Presidente deu por iniciada a reunião, com a distribuição dos seguintes Projetos de Lei: Projeto de Lei Complementar Nº 1874/2018, de autoria da Defensoria Pública- Geral do Estado, relator Deputado Rogério Leão; Projeto de Lei Complementar Nº 1878/2018, de autoria do Poder Executivo, relator Deputado Joaquim Lira; Projeto de Lei Complementar Nº 1879/2018, de autoria do Poder Executivo, relator Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Complementar Nº 1886/2018, de autoria da Defensoria Pública- Geral do Estado, relator Deputado Rogério Leão; Projeto de Lei Ordinária Nº 1873/2018, de autoria da Deputada Teresa Leitão, relator Deputado Augusto César; Projeto de Lei Ordinária Nº 1876/2018, de autoria da Deputada Socorro Pimentel, relator Deputado Rogério Leão; Projeto de Lei Ordinária Nº 1880/2018, de autoria do Deputado Edilson Silva, relator Deputado Joaquim Lira; Projeto de Lei Ordinária Nº 1881/2018, de autoria do Poder Executivo, relator Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária Nº 1882/2018, de autoria do Poder Executivo, relator Deputado Augusto César; Projeto de Lei Ordinária Nº 1883/2018, de autoria do Poder Executivo, relator Deputado Rogério Leão; Projeto de Lei Ordinária Nº 1884/2018, de autoria do Poder Executivo, relator Deputado Joaquim Lira; Projeto de Lei Ordinária Nº 1885/2018, de autoria do Deputado Ricardo Costa, relator Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária Nº 1887/2018, de autoria do Deputado Bispo Ossésio Silva, relator Deputado Augusto César. A seguir, o Presidente deu continuidade com a discussão dos seguintes Projetos de Lei: Projeto de Lei Ordinária Nº 1760/2017, de autoria da Deputada Priscila Krause, relator Deputado Tony Gel – Aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária Nº 1837/2018, de autoria do Poder Executivo, relator Deputado Tony Gel – Aprovado por unanimidade; Projeto de Resolução Nº 1693/2017, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, relator Deputado Joaquim Lira – Retirado de pauta pelo relator; Projeto de Lei Ordinária Nº 1465/2017, de autoria do Deputado Everaldo Cabral; relator Deputado Augusto César, com abrangência a Emenda Modificativa Nº 01/2018, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça – Aprovado por unanimidade; Substitutivo Nº 01/2018, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 1388/2017 de autoria da Deputada Simone Santana, relator Deputado Augusto César – Aprovado por unanimidade; Substitutivo Nº 01/2018, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 1792/2017 de autoria do Deputado Augusto César, relator Deputado Tony Gel – Aprovado por unanimidade; Substitutivo Nº 01/2018, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 1829/2018 de autoria da Deputada Priscila Krause, relator Deputado Augusto César – Aprovado por unanimidade; Substitutivo Nº 01/2018, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 1697/2017 e Nº 1698/2017, de autoria dos Deputados Ricardo Costa e Simone Santana, respectivamente, relator Deputado Joaquim Lira – Aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente Reunião. Do que para tudo constar, foi lavrada e digitada a presente Ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

Recife, 21 de março de 2018.

DEPUTADO JOAQUIM LIRA
PRESIDENTE

MEMBROS TITULARES
DEPUTADO TONY GEL

MEMBROS SUPLENTE
DEPUTADO ISALTINO NASCIMENTO
DEPUTADO WALDEMAR BORGES

REPUBLICADA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, REALIZADA NAS DEPENDÊNCIAS DO PLENARINHO I DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, DIA 03 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 9:00 HORAS, TEMA: “OS DESAFIOS DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) E O DIREITO À INCLUSÃO SOCIAL”.

Aos 03 dias do mês de outubro de 2017, às 9:00 horas, nas dependências da sala do Plenarinho I desta Assembleia Legislativa, sob a coordenação da Deputada **Terezinha Nunes**, conforme art. 278-A, do Regimento Interno desta ALEPE. Foi lida a ata da Reunião Ordinária anterior e aprovada pelos presentes. A Deputada **Terezinha Nunes** iniciou a reunião registrando a presença da Sra. Mônica Pádua (representante do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco), Sra. Maria do Carmo de Oliveira (Presidente do Conselho Estadual de Defesa das Pessoas com Deficiência - CONED), Sra. Maria Ângela Lira (Presidente da AFETO – Associação das Famílias para o Bem Estar e Tratamento da Pessoa com Autismo), Dra. Arabela Veloso de Moraes (Coordenadora de Saúde de PcD), Sra. Valdízia Nunes de Aguiar Soares (Coordenadora da Política da Infância e Juventude de Saúde Mental), Sra. Luciana Menezes de Araújo (Gerente de Monitoramento de Indicadores e Metas de Contrato de Gestão), Sra. Conceição Leite (Conselho Regional de Psicologia), Sra. Patrícia Amazona (Conselho Regional de Psicologia), Sra. Amélia Borges (Presidente Estadual da APAE), Sra. Paula Carolina (Grupo Super Mães), Sr. José Diniz (Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência), Dra. Juliene Viana (Procuradora Legislativa da ALEPE), Dra. Juliana Salazar (Procuradora da ALEPE). A deputada afirmou que as discursões pontuais sobre a questão do autismo merecia um debate mais amplo como um assunto principal e essa reunião foi marcada para se colocar esse problema e de que forma poderá ser enfrentado. Observa-se que se tem aumentado muito os casos de autismo no mundo inteiro. Elucida que essas crianças precisam de um diagnóstico precoce, de um atendimento imediato na área de saúde e um ensino nas escolas. Tem havido, por parte do poder público, no Recife, um despertar maior para a educação das pessoas com deficiência. Reitera que as escolas particulares (algumas) vêm estruturando a discriminação ao não aceitar pessoas com deficiência. Passou, então, a palavra para Arabela que saudou a todos e diz que uma estatística é muito difícil de se conseguir nesse momento. Afirma que existem duas redes que trabalham com a questão do autismo na rede pública: rede de cuidados à pessoa com deficiência e a rede de atenção psicossocial. Hoje, na rede de cuidados, segundo ela, têm-se 6 centros especializados de reabilitação todos eles têm reabilitação intelectual e atendimento ao TEA (Transtorno do Espectro do Autismo), 3 centros que atendem a macrorregiões de saúde (2 em Recife – FAVE (Fundação Altino Ventura) e IMIP - que são responsáveis pelos 72 municípios que fazem parte da primeira macrorregião de saúde; e o MENS SANA que fica em Arcoverde que atende a outra macrorregião de saúde); 2 Centros tipo 2 que são de gestão municipal (Limoeira e Ipojuca). Após, Valdízia, com a palavra, disse que as RAPS (composta desde a atenção básica até às de alta complexidade) são os carros chefes e dentro delas tem os CAPS (onde se dá o suporte para o espectro autista), no estado de Pernambuco 12 CAPSi que atende não só as crianças. Além disso, existem 59 CAPS1 que dão suporte em regiões com menor população. Os desenhos são regionais para municípios menores e a maioria dos CAPSi está na região metropolitana. Existe no estão o Fórum (instituído desde 2015) que é o Fórum Estadual de Saúde Mental Infanto-Juvenil usado para fortalecer o acolhimento nesses CAPS. Reuniam-se na primeira sexta de cada mês para se discutir a rede de saúde e a atuação dos CAPS. A oferta que o estado dá é também com relação a formação sobre as questões não só das crianças e o desenvolvimento dela e também sobre a rede. Discute-se também o lugar do ambulatório na rede. Não é apenas um debate aqui, segundo ela, mas também se busca interiorizar. Na coordenação de saúde mental existe um coordenador que representa cada GERES.

Ela visita os CAPSi, dialoga com as equipes para falar sobre assistência, produz jornadas sobre o tema, faz videoconferência sobre o tema para trabalhar rede. Cita outras redes importantes, como a rede da primeira infância. Faz parte da diretoria de políticas estratégicas e lá se têm encontros internos que se discutem as políticas. Trabalha com a questão do diagnóstico precoce, mas alerta para o fato de muitas vezes se tratar como autista uma criança e no futuro percebe que não o é. Isso, pois se vive num contexto atual diferente do que ocorria antigamente. O desenvolvimento infantil, segundo ela, não é mais o mesmo. Deve ser feito um acompanhamento para não estar “patologizando” muito cedo a infância, para não elevar esse “boom” de diagnóstico que se vê por aí. Cita a problemática da mídia que influencia através de imagens, não só os adultos, mas, também, as crianças (como no caso da Baleia Azul). Depois, pegou a palavra Luciana Menezes que falou que existem 10 UPAEs em funcionamento no estado e todas atendem e fazem reabilitação dessas crianças. A reabilitação é feita por psicólogos, terapeutas ocupacionais e fisioterapeutas e, se houver necessidade, de passar por algum especialista como otorrino, oftalmologista e cardiologista, ele também será atendido na própria unidade. Hoje não há demanda reprimida. A Deputada **Terezinha Nunes** perguntou como está a construção do centro de diagnóstico precoce e ainda não se tem informação (na data da reunião). A deputada afirma que concorda com o que foi dito no que tange a se “patologizar” a infância. No entanto, defende a ideia de que se não existe um centro de diagnóstico precoce do estado, fica difícil essa constatação e acompanhamento das crianças. Valdiza disse que se vem discutindo não ter um lugar específico para fazer o diagnóstico e se entende que a rede precisa estar muito alinhada. Quando um bebê chega na rede, por exemplo, os CAPSi têm sido o aporte inicial, os médicos clínicos observam e fazem os exames e encaminham para que elas observem a situação. Outro estímulo, citado por ela, refere-se às creches. Num levantamento nacional, verificou-se que existe um número de creches muito pequeno em comparação ao que se precisa. Hoje, têm-se menos de 30% de creches a nível de Brasil. Precisa-se intensificar a atenção básica, que não se tem ainda 100% de todos os lugares. Diante disso, decidiram investir nos dois pontos. Tentarão mapear essas crianças a nível de atenção básica. Elucida a necessidade de ampliação de CAPS no território. Quando se verifica necessitar de reabilitação, utiliza os CERs. Cita algo que surgiu recentemente e que é muito importante que é a parceria com as universidades. Psicólogos têm chegado para ajudar na questão das creches. Olinda tem isso muito fortemente. Elencou uma experiência em Recife que é o NDI no Lessa de Andrade que foi aberto no tempo das questões da microcefalia e que hoje é um CER II e o aporte intelectual está aberto também para as questões de autismo e é um núcleo multiprofissional de desenvolvimento infantil que trabalha na ótica da reabilitação. Em seguida, deu-se a palavra para Dra. Isabel Santos que saudou a todos e afirma que no geral tem encaminhado as crianças para o IMIP ou para o Centro Altino Ventura e pergunta para onde deve mandar essas pessoas e, além disso, acredita que o aumento do diagnóstico não se deve apenas a critérios de diagnósticos ou a moda, mas realmente tem havido um crescimento muito significativo do número de crianças de todas as classes sociais e na visão dela, quanto mais cedo houver esse diagnóstico ou tratamento (ainda que depois seja comprovado que não era o caso) era o ideal. Até acha que há uma questão de “patologização” na questão do TDAH. As crianças que têm o tratamento adequado (autismo) tendem a melhorar bastante, já as que não têm, costumam a ir piorando. Salienta que a problemática da demora de um diagnóstico não se dá apenas na rede pública, pois, por exemplo, um pai que tenha plano de saúde, estará em fila de meses para uma consulta com o psiquiatra ou psicólogo. Cita que a parceria com as universidades, dita na reunião, é uma excelente alternativa. Questiona, outrossim, se os CAPS são de fato o local ideal, salientando que já existe um centro específico para tratamento do autismo em Salvador de uma articulação com uma fundação, uma entidade do Terceiro Setor, para tratamento exclusivo de autismo. Cita essa situação, pois defende a ideia de que o autismo tem situações especiais que não coadunam com alguns tratamentos médicos gerais. Perguntou se existe algum tipo de olhar para a nutrição e que esse ponto para o autismo é fundamental. Foi dito por Valdiza que não existe tratamento fragmentado não. Há equipes multiprofissionais para o atendimento. Com a palavra, Dra. Juliene afirma que não vê ninguém comentando que existe uma lei do autismo estadual, especifica em relação a esse transtorno. Além disso, a própria lei fala em um atendimento em local específico diferente de outras patologias psicológicas. Afirma que o treino do profissional para a pessoa que tem o autismo é diferente. Elucida que o autismo é uma corrida contra o tempo e que quanto antes se tiver o diagnóstico, mais chance se terá de trazer essa pessoa para uma vida “normal”. Acredita que na dúvida se deve tomar providência. Retornando a voz a Valdiza, ela afirmou que quando disse acerca de falsos diagnósticos, não se referia a não observar a questão, mas sim, salientar que existe uma grande problemática qual seja o desenvolvimento infantil e ter cuidado para que muito cedo não se esteja fazendo uma pontuação para que se esteja desenvolvendo mais uma demanda no sentido da sensibilidade de olhada. Ratifica que quando se tem dúvida, deve-se checar sim e isso é importante. Elucida que a saúde precisa caminhar, mormente quando se fala em questões de reabilitação e especialização dos profissionais. Reitera a ideia que as unidades que atendem a demanda precisam estar muito alinhadas com a rede. Traz a tona a situação da educação inclusiva, confortando a ideia de que não se pode separar essas crianças para educa-las. A questão do CAPS é que são patologias infantis que podem ser trabalhadas em conjunto. Uma equipe multi não separa diagnósticos, mas tem também especificidades. Afirma que não é um centro de reabilitação, mas um centro que desenvolve a criança em várias áreas, como a linguagem (diz que não se desenvolve a linguagem apenas com a pedagogia, como também com o corpo a corpo). Salienta a importância de se quebrar a ideia de instituições totais. Concorda que existe uma certa de deficiência no que tange a questão do nutricionista, afirmando que não é tão fácil se encontrar esse profissional na rede como um todo. Procurar saber quem é o nutricionista que está nos NASFs mas não está nos CAPS ou na CER. Fazer com que ele circule. Elucida que foi lançado em 2015 uma linha de cuidado para o autismo. Ela foi feita por várias mãos e foi levada à consulta pública e aponta as diretrizes enquanto política pública. Salienta que tanto Minas Gerais quanto Rio de Janeiro (por exemplo) utilizam os CAPS no território e estes fazem a linha da rede para o autismo, sendo considerado como modelos importantes. Em seguida, foi passada a palavra para Dr. André Carneiro Leão que afirmou que na DPU, no ano de 2015, realizou uma audiência pública para se ter um primeiro contato com o tema específico (TEA) e dela surgiu um procedimento de natureza coletiva, instaurado por Dr. Geraldo Vilar, que possui uma filha autista. De acordo com o INSS, no Brasil, existem 28.112 benefícios assistenciais ativos relacionados com o CID F84 (em agosto de 2015). Segundo ele, esse dado possui um ponto cego o qual seja aquelas pessoas que não têm conhecimento acerca da possibilidade de se ter um benefício. Desses 28 mil, 17 mil foram concedidos entre 2010 e agosto de 2015, o que concretiza, de acordo com ele, o afastamento da possibilidade de se haver uma “falsa” epidemia. Em Pernambuco existem 562 (264 na disponibilizados na Gerência Executiva do Recife) benefícios assistenciais entre janeiro de 2013 e 2014. Ratifica a ideia que é importante incluir nessa rede a sociedade civil organizada. Elenca que gostaria de saber quantas pessoas foram formadas e que tipo de formação para tratar do TEA. Percebeu que a linha adotada tem sido a de psicanalista, apesar de saber que se deve envolver questões mais complexas como, por exemplo, a terapia cognitiva. A informação vinda do CREMEPE é de que apenas 1 médico em Pernambuco está devidamente habilitado para o tratamento dessa questão, o que, segundo ele, é assustador. Diz que a DPU está disponível para ajudar, em situações que tangem a esfera federal (como assuntos referentes ao SUS). Elucida que foi instaurado um PAJ coletivo para tratar especificamente desse tema e, além disso, instaurou um procedimento para relacionar com a educação inclusiva (preocupação maior com o Colégio de Aplicação e com a Universidade Pública Federal). Sabe-se que em Belo Horizonte, um equivalente ao Colégio de Aplicação observe a política de inclusão educacional de crianças e, a partir dessa experiência, trazer para o Recife essa ideia. Em seguida, foi dada a palavra a Dr. Édipo Soares Cavalcanti que se disse estar muito honrado com o convite e acha que essa interação tem dado bons resultados. Cita um trabalho feito por ele em Jaboatão em meados de 2006, na figura de uma moça chamada Luciana que possuía um filho com autismo (com 19 anos). Era, segundo ele, um caso complicado porque ele não tinha um diagnóstico fechado de autismo. A grande dificuldade em Jaboatão foi o acolhimento desse rapaz. Na rede não tinha um profissional que se sentisse habilitado para lidar com esse jovem. Primeiro, pois todos os serviços eram direcionados muito mais forte para crianças. Em meados de 2013, buscou formas de fazer se cumprir a lei federal. Elucida que são poucas as patologias que possuem uma lei federal específica que trate o tema. Ratifica que é a primeira vez que vê uma articulação em prol dessa situação, em 11 anos de saúde pública. A primeira dificuldade encontrada foi o diagnóstico precoce, pois ele não se fecha em crianças com idade inferior a 3 anos. A segunda é a questão de acolhimento (não só do autista), elencando a RAPs como tendo uma teoria perfeita, porém ela não se desenvolve na mesma velocidade do fechamento dos hospitais psiquiátricos. Além disso, necessidade de articulação com os municípios na sua rede de atenção básica. Vê-se uma precariedade muito grande nessas redes e, no entender dele, não há profissionais especializados em municípios mais distantes. Não depende unicamente do estado. Acredita que deveria haver centros especializados, que poderiam ser concentrados dentro dos hospitais regionais, por exemplo. Destaca a importância da inserção no contexto dos NASFs (que é um agente multiplicador). Ademais, deve haver uma expansão da rede de atendimento psicossocial. Municípios que não possuam condições de ter CAPs, ter-se-ia um CAP regionalizado. Diz que o autismo é muito complexo para se tratar sem se ter uma articulação. Após, foi dada voz a Dr. Luiz Guilherme que disse uma frase: “a limitação individual de cada pessoa não pode ser tratada com deficiência”. Defende que a rede deve ser tratada como: saúde, educação, etc. Isso, pois muitas vezes detalhes, que passaram batidos pelos médicos, são identificados pela escola (cita como exemplo sua própria filha que possuía um problema de visão, passou por diversos médicos, e quem identificou foi uma professora do Solar da Criança). São atividades intersetoriais que, segundo ele, não se podem desassociar. Elucida que é nesse sistema, como um todo, que deverá se trabalhar o espectro do autismo. Afirma que todas as legislações decorrem de uma convenção da ONU de 2007, retificada em 2008, mas que esses assuntos já eram tratados em 1996 em Salamanca. Estão discutindo uma coisa que o próprio ECA em 1990 já dava prioridade absoluta. Elucida que fundamentou no Colégio dos Procuradores a criação de um CAOP exclusivo para a educação. Esteve em uma reunião com o prefeito de Olinda para a implantação de um CAPSE só para crianças e adolescentes. Jaboatão já tem e está viajando todas as circunscrições. Mostra que tudo tem que ser feito com articulação, para tanto teve reunião com um promotor criminal, coordenador do CAOP de saúde, por exemplo, para tratar de estratégias a nível de estado, pois tem uma lei federal que trata sobre a escuta de menores vítimas de abuso sexual. Salientou que o importante é viajar para sensibilizar, pois, por exemplo, caso se marque uma audiência pública em Recife, fica difícil a presença de uma pessoa de Orocó. Tem que estar buscando estratégias para juntar todos os setores em prol da melhoria. Salienta que existem demandas retidas e que o serviço não pode ficar adstrito à capital e às CAPs. Reitera que não se está fazendo favor, mas apenas buscando cumprir o que a legislação determina. Com a palavra, Terezinha Nunes lembrou que estaria na cidade de Petrolina (na Câmara de Vereadores) com a Frente Parlamentar e instituições para levar informações e debates nessa cidade. Ela ressalta a importância do Terceiro Setor nesse contexto. A deputada passou a palavra a APAE (que vem sendo elogiada nas reuniões) e cita que conseguiu a interiorização da AACD e gostaria de saber o

porquê a APAE não se interiorizou ainda. Com a voz, Amélia que elucida que a APAE é mais presente nos interiores do que na capital. É uma rede com mais de 60 anos no país e é uma associação muito forte, pois é a junção de pais e amigos. Afirma que em Pernambuco tiveram muitas dificuldades, financeiramente não conseguiam se manter, mas nos últimos anos, apesar de ainda possuir dificuldades, contam com a parceria realizada através da APAE Brasil (rede nacional) com a Clube. Não existe nada, segundo ela, realizado por uma instituição, um gestor, um pai, mas existe um trabalho parceiro. Uma dificuldade que ela sente hoje em dia é o despreparo dos profissionais. Acredita nas propostas e todas elas vindas dos gestores são boas, mas vêm em cadeia. Caso se contrate um profissional que não goste de criança (salienta que existem muitos) ele não irá trabalhar corretamente. Uma das funções da APAE é treinar e capacitar. Percebe que a sociedade não dá apoio ao deficiente. Cita o Festival Nossa Arte, em Pernambuco, que foi pouco prestigiado, havendo reunião de cerca de 2 mil deficientes e que se tinha como espectador apenas a família do deficiente ou um amigo muito chegado. Elucida um congresso que haverá no Rio Grande do Norte com reunião de vários profissionais do Brasil que discutem acerca das síndromes, como o espectro do autismo. Hoje, a APAE está em 22 municípios, caminhando para 30. No entanto, salienta a questão da sustentabilidade que se sabe ser difícil. Estão em Pernambuco há mais de 50 anos. Em Recife, existe uma na Estrada do Arraial. Observou que dentro da estimulação precoce não havia a questão da pedagogia. A proposta deles é que essa criança não fique, mas partam para serem incluídas no ensino regular e cita essas propostas de educação inclusiva como algo bellissimo. Mas salienta que pegar um caso grave do TEA e colocar numa escolar regular é algo impossível. Existem casos e casos. Alguns não adianta se forçar a inclusão. Após, foi dada voz a Paula Carolina, que faz parte do grupo Super Mães que hoje possui cerca de 400 mães, mais de 90% do estado de Pernambuco. Elucida que quando se vira os olhos para o autismo, tem-se a impressão que a partir daquele momento todo mundo entende de autismo. No entanto, quando se passa para o dia a dia se ver que o mundo e o estado estão desinformados e ela fica preocupada com isso. Ela elenca cerca de 15 crianças dentro do TEA que estão ou sem tratamento ou com tratamento inadequado. Há um orgulho por ter uma lei no estado, mas ao mesmo tempo entristece por não ver essa lei ser cumprida. Diz que muita coisa precisa mudar de verdade. Terezinha Nunes, com a voz, reforça a ideia de que a Frente foi criada para isso que é justamente a interação entre as pessoas. Diz que muitas mães procuravam a lei para criar alguma lei em defesa dos deficientes e ela viu que não adianta criar a lei e não haver cumprimento. Viu-se que trazer a sociedade e o poder público para debater sobre fica mais fácil se resolver essas demandas. Após, foi dada a palavra para Maria Ângela Lira que acha que o maior entrave para o autismo é a falta de conhecimento. Quando a microcefalia saiu, todos correram para preparar cursos para se atender essa situação, porém a microcefalia já existia e ninguém procurava conhecer. O que acontece com o autismo é que está se negando de novo. Muitas vezes se percebe que a criança possui autismo, e mesmo assim a mãe não tem o diagnóstico. Hoje a instituição faz o trabalho do Dr. Blue, vai nas universidades, pegam os alunos que querem aprender sobre o autismo. Já foram feitas na FPS, FBV, Universidade Federal de Pernambuco. Não se pode trazer muita gente pois a instituição é pequena. Cada movimento dentro das universidades, tenta-se envolver enfermagem, psicologia, terapia ocupacional, pois é uma equipe multidisciplinar que tem que ter conhecimento e trabalhar em equipe. Querem que a criança seja atendida e “vá para o mundo” mais para frente, dando aos pais condições de voltar ao mercado de trabalho. Salienta que se não se tem o tratamento adequado isso vira uma bola de neve. Apenas São Paulo, Rio de Janeiro e o Pará (referência no Brasil) se tem especialização nesse prisma. Agora que Recife terá uma turma de especialização em autismo. Toda a problemática barra no conhecimento. Cita um exemplo de um menino que ficou 10 anos algemado e recebendo medicamento do governo. Hoje, ele vai a shopping, parque, etc. Salienta que isso é uma economia enorme para o estado. Reitera que a APAE foi criada para a Síndrome de Down, mas atualmente cuida dos autistas, dentre outras especificidades. Afirma que deixou um pedido em Brasília, para que as universidades comecem cursos direcionados para o autismo. Isso, pois se soubesse tratar o autismo saberá tratar diversas outras patologias que se ramificam do autismo. Depois, a palavra foi para Cintia Vasconcelos que informou que haverá uma lei federal posta em vigor a partir do dia 26 de outubro. Lei 13438 que versará sobre o diagnóstico do autismo. Ela altera o ECA para tornar obrigatória a adoção pelo SUS de protocolo que estabeleça padrões de avaliação de risco para o desenvolvimento psíquico das crianças. Assim, será obrigatória a aplicação a todas as crianças nos seus primeiros 18 meses de vida de protocolo ou outro instrumento construído com a finalidade de facilitar a detecção em consulta pediátrica em acompanhamento da criança de risco para o seu desenvolvimento psíquico. Na semana que antecedeu, a OPAS convocou uma reunião em Brasília que teve representantes do ministério da saúde, conselho de psicologia, etc. E, segundo ela, a preocupação girava entorno do que foi comentado nessa reunião da Frente. Como é difícil o fechamento do diagnóstico até os 18 meses. A preocupação é a judicialização que isso iria trazer a nível de estado. Por exemplo, uma mãe que teve seu diagnóstico do filho com 6 anos e tendo uma lei que diga que é ate os 18 meses, qual implicação que isso teria para o estado. Foram dois dias de discussão e se decidiu que sairia um encaminhamento de uma solicitação ao gabinete da casa civil de que fosse repensada essa lei e que ao invés de fechar diagnóstico clínico se fortalecesse esse processo de vigilância que vem sendo colocado nessa reunião na fala de todo mundo sobre ter uma equipe multiprofissional capacitada para observar precocemente esses sinais e fazer o devido encaminhamento para que ai sim o diagnóstico possa ser fechado. Entende que a microcefalia trouxe uma visibilidade midiática que precisava para rediscutir assuntos inclusive como esse. Pegou-se isso e está tentando se discutir a prestação de assistência à criança com qualidade. Estão encaminhando um projeto de capacitação permanente para os profissionais do estado (Arabela faz parte desse grupo de trabalho). A questão ai não é focar num ponto único, mas dá um “start” num olhar que envolva não só a questão motora como psíquica também. A previsão dela é que seja um curso de 30 horas e que percorra o estado todo. Ela possui grupos de estudo dentro da universidade e afirma saber como é difícil trazer esse debate para dentro da academia. Possui um curso de 4 mil horas, por exemplo, no caso da fisioterapia, e precisa entrar com algo nesse sentido. Foi feito um levantamento e, a nível de exemplo, apenas para cobrir a macrorregião que envolve Caruaru, tem que haver um curso para mais de 200 pessoas. Terezinha Nunes ressalta que esse projeto do CREFITO é uma das conquistas da Frente Parlamentar. Passou então a palavra para Maria do Carmo de Oliveira que saudou a todos e elucida que esses momentos que estão vivenciando é de grande relevância para o segmento. Elenca 3 palavras para se pensar e analisar: conhecimento, no qual se escuta isso em todos os segmentos da sociedade, que não estão preparados, uma grande queixa que ela escuta e a faz refletir sobre quando estarão preparados para uma situação que está aí, salientando que algumas pessoas parecem que fogem em querer conhecer. Ela entende que é de fundamental importância que todos que estão defendendo os direitos da pessoa com deficiência tenha conhecimento em diversas áreas. Outra palavra que ela elenca é parceria. E diante disso acredita que esse é um momento ímpar, pois não se pode trabalhar só e tem que unir forças. Só se consegue ganhos discutindo. Ademais, a outra palavra seria mobilização. A sociedade deve estar mobilizada como um todo para que se possa assegurar esses direitos. O Brasil é rico em legislações ,mas pobre em ações, de acordo com ela. E dá graças a Deus a existência da Frente Parlamentar que está junto com elas nessa luta. As reuniões dela são todas as segundas, porém o espaço atual não possui a questão de acessibilidade, apesar de saber que estão se mudando. As reuniões atuais são à tarde na SEAD, na Avenida Norte. Após, a palavra foi para Mônica Pádua que saudou a todos e diz que informação e conhecimento e tudo para todas as áreas, sendo na saúde mais importante. Fez uma reflexão no sentido de saber como cada um poderia contribuir para que essa lacuna existisse cada vez menos. Salienta que o judiciário já entendeu que não pode ficar estático esperando ser provocado. Estão integrados para fazer com que a inclusão deixe de existir apenas no direito (pois o direito brasileiro é bom), mas também no campo da ação. Sugeriu que houvesse outra reunião que debatesse esse tema, porém voltado para a ideia da educação. Terezinha Nunes afirmou que esteve em São Paulo e conheceu a rede Lucy Montoro (que cuida de pessoas com deficiência), salienta que não se pode comparar com São Paulo pelo fato que lá possui maior renda, no entanto ela tentou ver se consegue fazer uma parceria do IMIP com essa rede. Conclui que aqui se espera o estado, mas lá (São Paulo) foi o Hospital das Clínicas que teve a iniciativa de fazer parceria com essa rede. Elucida que lá foi surgido das universidades e aqui não se vê a universidade na mesa. Ela acha que não se pode pensar que vai chegar (a médio prazo) ao nível de São Paulo, mas da mesma forma que um país como Cuba que conseguiu fazer saúde com poucos recursos, porque aqui não se consegue fazer uma rede pernambucana. Existe o Terceiro Setor trabalhando, a Secretaria de Saúde, mas os municípios nem aqui estão, segundo ela. Diz que se consegue juntar todo mundo e formar uma rede, pode-se chamar esses organismos para assumir um papel. Depois, deu-se a palavra a Isabel que louva a iniciativa que houve (no TJ) dos assessores e desembargadores, porém acha que isso precisa ser ampliado um pouco, pois hoje existem problemas em relação aos planos de saúde, por exemplo. Segundo ela, existe uma articulação forte e um projeto de lei tramitando no Congresso para limitar a responsabilidade dos planos de saúde. Salienta que é importante que a visão que se dê aos julgadores seja ampla, que não se pode limitar a certos tipos de conhecimento. Ela soube, por exemplo, que já houve uma sentença que negou provimento a uma ação por entender que o ABA é na área de educação. Uma questão que incomoda a ela é o fato de o BPC não se chegar ao TEA (sem limitação de renda familiar). Diz que quando se refere a um centro de referência ao autismo ela não quer segregação (inclusive pois é algo já ultrapassada, pois a ideia de base é incluir). Caso o tratamento não for adequado, torna-se uma perda de tempo, oportunidade e dinheiro público. O autismo possui especificidades e em termos de tratamento, não existe esse viés de socialização. É, segundo ela, uma questão de boa gestão de recursos. Hoje, para ela, existe uma visão muito medicamentosa do autismo, caso haja um esforço e se entenda a síndrome e se estabeleça recursos que sejam realmente eficazes, irá diminuir custos e rentabilizar o tratamento. Nesse sentido, a criação de centro de referências tem se provado que é mais economicamente viável. Já existe um trabalho sendo feito na área de educação, Dra. Eleonora Luna também está combatendo nisso. Nesse trabalho existe uma preocupação de criar instrumentos de capilarização do atendimento e de criação de estruturas institucionais permanentes. O estado começou muito bem esse trabalho e depois recuou e o município do Recife está de fato muito mais avançado em dar uma resposta adequada. A palavra então foi dada à Dr. Edipo que elucida que lá possui uma dificuldade em lidar com as classes de usuários. Existe a classe de usuário de diabetes, de microcefalia, com doenças raras, do autismo e tem que se abranger todas essas classes. Existe toda uma gama de usuários que precisa de atendimento. Ele vê hoje um destaque muito forte do estado para as crianças com microcefalia (ratifica que não é uma crítica). Inclusive diz que todos são responsáveis por essa proliferação da doença, pois advém de uma questão de saúde pública, atendimento sanitário básico. No entanto, não se pode criar diferenciação de classes de usuários. Deve-se pegar os esforços e expertise voltados à microcefalia e estender para todos os outros contextos. Fica satisfeito com a participação do poder judiciário. Foi criado no estado um Comitê Estadual de Saúde no qual se discute a judicialização da saúde. Ele defende que se houver essa judicialização que seja de forma estruturante. Elucida que caberia um grupo de trabalho de forma que essa multiplicação de experiências seja replicada em todo o estado.

de distância e passou 3 meses sem resposta de alguma vaga. Depois ela conheceu Dra. Eleonora (na FENEARTE) que disse os direitos que ela tinha. Ela explica que são crianças que têm convulsões 120 vezes ao dia, que não seguram o tronco, que engasgam, etc. Salienta que há a dificuldade de se achar estagiários que se encaixem nas características: maior de idade, estudante de ensino médio, para ganhar 370 reais e atender a todas as especificidades da criança. Depois de 5 meses e 17 dias, conseguiu que o filho entrasse na creche. Cita que a van (do transporte inclusivo) possui dois pontos e existem cadeiras (como a do filho dela) de três pontos. Explica que a Secretária teve toda a iniciativa de levar esse carro para a terceirizada e incluir o terceiro ponto, porém cita que em cada van apenas uma criança vai andar de cadeira porque só existem 3 assentos e em um se tem os 3 pontos. Em seguida, passou a palavra para Paula Carolina que agradeceu a todos pela oportunidade. Diz que o grupo (Super Mães) tem em torno de 400 mães. Salienta que existem crianças com demandas diferentes e famílias com contextos diferentes. Cita como exemplo o filho dela que foi diagnosticado com 2 anos e já sabia inglês, formas e mesmo assim foi rejeitado numa escola. Informa que a inclusão não ocorre do dia para a noite, mas, segundo ela, "o dia para a noite" já passou. É urgente, tem uma lei federal de autismo que já tem 5 anos. Mostra que existe uma recusa explícita (diz abertamente que não aceita) e a oculta (faz de conta que não está recusando a criança). Os profissionais, segundo ela, precisam ser preparados e a escola ter um projeto de inclusão, mas o primeiro seria ter consciência de que precisa se tornar inclusivo. Parabeniza as escolas que são referências e queria que estas servissem de inspiração para as outras. Salienta que ainda não viu ninguém sendo punido, mas quando passar a existir isso, a postura irá mudar. Em seguida, passou a palavra para Dr. Bruno Moury que parabenizou a deputada por tudo que vem fazendo junto com a Frente. Diz que chama a atenção que em algumas reuniões que participou, observa o lamento das autoridades investidas na função de coordenar a educação pública no estado. Na verdade, segundo ele, ele não escuta do estado ou município o que tem sido feito para que a próxima geração colha os frutos do que se faz hoje. Cita a questão do estagiário, como resolver isso, fazer concurso, com salário melhor, etc. Lamenta quando se diz que queria uma lei para delimitar o número de alunos com deficiência numa sala, onde, em tese, seria mais correto dizer como fazer para que daqui a 10 anos se possa aumentar as condições para se ter mais alunos com deficiência na sala. Segundo ele, pensa-se muito no "hoje", mas que este já se passou e se deve pensar daqui a 10 anos. Tudo que se tratar com relação a hoje (caráter de urgência) serve como paliativo. Salienta a importância da Frente no que tange a "fiscalizar a fiscalização". Afirma que entende que existem escolas sobrecarregadas, por isso a necessidade de se fiscalizar quem não inclui. Citando o "hoje", ratifica a importância da capacitação dos profissionais de hoje. A inclusão deve ser ilimitada. Foi dada voz para Dr. André Carneiro Leão que saudou a todos. Afirma que estar presente não é favor, mas sim um dever funcional o qual faz com grande honra e parabeniza a organização desses eventos pela Frente Parlamentar. Mostra que nesse espaço se reúnem vários segmentos em prol de um único objetivo. Cita que há dois anos já fazia essas demandas no que tange à negativa das escolas particulares em matricular alunos com deficiência e hoje se repetem as mesmas demandas, mostrando que a fala de Dr. Bruno se faz correta. Cita que em 1950 começou essa discussão com a educação "pluriversa" e ainda hoje continua se vendo a discriminação. O grande ponto, segundo ele, a inclusão e educação inclusiva não é apenas para pessoas com deficiência, mas também a todos. Salienta a importância de que os pais de todas as crianças eduquem seus filhos para que as próximas gerações exortem a "exclusão" e discriminação das pessoas com deficiência. Faz necessário convidar os pais para se discutir esse tema para que entendam que deve haver inclusão. Deve haver a junção de dados para que se veja quem não está cumprindo com a lei, mandando ofícios para as escolas particulares. Afirma ainda que é interessante um projeto de lei no que se refere à isenção fiscal no que tange às escolas que fazem a inclusão. Passou a palavra para Maria do Carmo que saudou a todos e disse que acha que o caminho é união para se conseguir os objetivos. Afirmou que acabara de receber a notícia que em Brasília, na reunião do CONADE, o representante de Pernambuco (Antônio Muniz) foi eleito presidente do órgão. Uma pessoa que, segundo ela, vem lutando há décadas e é muito orgulho (atualmente é presidente do COMUD) Pernambuco ser representado na presidência. Afirma, voltando ao assunto, que as dificuldades existem, mas isso não pode ser desculpa. Deve-se desmistificar a questão da pessoa com deficiência, não se pode apenas debater e discutir o que pode ou não pode, precisa-se partir para a ação. Tem que se mudar o olhar da sociedade preconceituosa, pois essa é o principal entrave. Salienta que a dificuldade não é trabalhar com pessoa com deficiência, mas sim trabalhar com ser humano no geral. Faz-se importante trabalhar na sensibilização dessa sociedade. Passou a palavra para Dra. Eleonora Rodrigues que afirma que são duas realidades distintas (escola particular e pública), mas que têm pontos em comum. Nas escolas públicas, existe superlotação, vêm recebendo uma demanda que não é absorvida pelas escolas particulares. Existem dificuldades de matrículas tanto nas escolas particulares quanto também nas públicas. Salienta a importância em se trabalhar com qualidade e não com quantidade. Estão trabalhando com inserção e não inclusão. Inclusão não é apenas fazer a matrícula. Diz que a inclusão nas escolas públicas está melhor do que nas particulares, porém ainda muito frágil. Não acredita numa inclusão feita por estagiários. Não é crível, segundo ela, que uma política pública seja implementada baseada num estagiário, que é um estudante que está lá para aprender e não ser responsável por acompanhar uma pessoa com deficiência, não é suficiente. Esse apoio deve ser decidido pela necessidade da criança. Tem que ser um servidor, pois a natureza da função dele é de caráter permanente. Cita que converou com a Secretaria de Educação dizendo que havia 50 inquéritos maduros para serem denunciados contra o município por conta do atendimento, pediu um prazo para ajustar isso e foi concedido um prazo de 30 dias. Após o prazo mostrou-se um plano de educação organizado e dizendo as diretrizes. Para a surpresa dela, depois a Secretaria mandou um comunicado dizendo que aquela forma de trabalhar que estava sendo prevista não iria mais ocorrer, que a política de educação especial da rede municipal de ensino é através do atendimento ao estudante na sala de recurso multifuncional. Isso a fez questionar o que ocorria pelo turno da manhã, o que o estudante fazia. A Secretaria informou que é a política deles. De acordo com ela, basta visitar qualquer escola da rede para verificar que essa é uma política que não dá certo. Diante disso, afirma que o Ministério Público vai entrar contra o município, salientando que o judiciário sempre será o pior caminho, pois infelizmente a justiça brasileira não tem sensibilidade para a causa da educação. Com relação ao estado a demanda é menor, mas a política de formação é algo a se elogiar, segundo ela. No entanto, assustou a questão do estagiário. Diz que além de fonoaudiólogos e outros profissionais, deve haver um apoio pedagógico e que a criança tem direito a isso dentro da sala de aula do ensino regular. Mostra que existem profissionais que têm amor pelo que fazem. Reitera a ideia de se trabalhar com qualidade e não quantidade, verificando o avanço dessa criança, os resultados. Ratifica que existem escolas que buscam a inclusão e cita a Rosemar de Macedo como um exemplo, indo além ainda e dizendo que a diretora (Ana Rita) de lá merecia um prêmio, pois não recusa nenhuma criança. Mas isso deveria ser com toda a escola, através de uma política pública. Sobre as escolas particulares ela afirma categoricamente que não existe inclusão. Diz que existem 5 escolas reconhecidamente inclusivas no Recife: Apoio, Madre de Deus, etc. Essas escolas, de acordo com ela, estão abarrotadas e são sacrificadas. Mostra que muitas vezes, pela rejeição e "encaminhamento" das escolas para outras escolas, acaba a família querendo focar nessas escolas que fazem a inclusão e não nas outras, acarretando o problema da superlotação, trabalhando mais uma vez na quantidade em detrimento da qualidade. Diz que não tem como o MP ir em cada escola e fiscalizar cada uma, ele faz a fiscalização do órgão responsável por fiscalizar essas escolas (Secretaria de Educação do Estado e do Município). Afirma que a legislação estadual prevê uma punição (para a escola que não faz a inclusão), mas para que ela se torne prática, tem que haver uma regulamentação. Ela fez a recomendação de se fiscalizar cerca de 20 escolas, quais sejam reconhecidamente grandes. Cita o São Luiz com 3 mil estudantes e apenas 6 crianças com deficiência. As estatísticas é que provam que não há inclusão. Diz que uma forma eficiente de punição é a escola ficar um dia sem funcionar, pois todo mundo vai querer saber o porquê, sejam os pais, imprensa, os alunos, etc. Não vê outro caminho para a inclusão, infelizmente, que não seja a punição. Toca na questão de delimitar a quantidade de alunos com deficiência por turma, fez um cálculo rápido e hipotético no qual teriam 2 alunos com deficiência por turma, numa escola com 40 turmas, haveria 80 alunos com deficiência na escola o que, observando as estatísticas das pessoas com deficiência, é nada. A LBI diz tudo que a constituição já dizia. Existe a legislação, mas deve haver punição para se começar a se ter a inclusão. Quando se fala em creche, não pode se pensar apenas num lugar para a mãe deixar a criança, deve haver um serviço de qualidade. Reiterando a questão do estagiário, ganhar pouco mais de 300 reais por 4 horas é uma exploração e ainda para um serviço que deveria ser feito por um servidor. Passou a voz para Vera que afirma que o estudante com deficiência tem o direito de estar numa sala comum para lhe dar com as diferenças. No entanto, ele tem que ter um atendimento especializado. O estado está apenas cumprindo a lei quando no contraturno garante o acesso ao estudante com deficiência. Cita que está havendo o acesso dos estudantes com deficiência na universidade. Diz que existe 500 salas multifuncional, mas existem 1052 escolas, sendo importante haver pelo menos uma sala em cada escola. Existem 5 CAEES (centro de atendimento especializado do estado). Afirma que deve haver mudança no olhar da sociedade e garantir os direitos humanos de tudo e de todos. Elucida que a dificuldade de incluir não é apenas para pessoas com deficiência, é um aspecto que tange LGBT, racismo, etc. Ratifica que houve avanço no que tange às pessoas com deficiência, pois frequenta os congressos e vê que outros países ainda estão atrasados sobre o tema. Sobre a questão do apoio ela cita a LBI dizendo que é oferta de um profissional de apoio escolar e diz que, sem preconceito nenhum, não irá colocar um pós-graduado para levar "o menino" no banheiro. Diz que essa questão do apoio é diferente de intervenção pedagógica, esse profissional o estado de Pernambuco vai formar antes de todo mundo. Afirma que possui esse profissional, com expertise, inclusive. No caso do profissional de apoio é apenas para locomover aquele que precisa de uma locomoção. Sobre a síndrome congênita do zika vírus e microcefalia, está havendo um grupo de trabalho com uma equipe multisetorial que está discutindo sobre o tema. Passou a palavra para Sandra que saudou a todos. Afirma que está dialogando com outros estados e estudando o perfil do profissional de apoio. Cita o exemplo dela que foi professora e muitas vezes teve que levar alunos com deficiência ao banheiro, salienta que fez com o maior prazer, mas que estava acima das competências dela como pedagoga. Cita também o exemplo dos cuidadores nos interiores. Mostra, com esses dois exemplos, que as vezes esse profissional (responsável por essa função de acompanha o estudante com deficiência) está muito próximo da área de saúde e as vezes da área de educação. Esclarece que se for ler a LBI ao pé da letra está se referindo ao cuidador. Quando se fala em contraturno é para não tirar esse aluno da sala comum e quando no turno regular ele possuir qualquer inquietação existe uma gama para auxiliá-lo. Salienta que está havendo uma evolução e uma construção de melhorias e que ser o pioneiro em várias vertentes favorece a acertos e erros. Afirma que precisa se chegar junto dos professores da sala comum para haver uma mudança de perspectiva. Passou-se a palavra para Juliana que colocou a questão que não basta apenas receber os estudantes, mas também receber e fazer com que ele permaneça e evolua, pois senão é uma inserção e não inclusão. Menos de 90% das pessoas com deficiência chega ao ensino superior ou a conclui-lo. Isso vai influir no futuro desse estudante. Outra problemática,

trazida por ela, é a barreira atitudinal e diz que todos são preconceituosos e que a Frente traz uma riqueza muito grande. Pode trazer a comunidade para dentro da escola, ouvir estudantes, pais de alunos, etc. Outra situação é que o conviver serve para aprendizagem para ambos os lados. As secretarias, segundo ela, podem demandar as mães, pois elas possuem uma expertise enorme. Com a palavra, Rogério June fala que é preciso se estruturar e possibilitar novas estruturas para a acessibilidade. Sobre a inclusão, parte-se do princípio da educação e formação de profissionais, sendo este último o grande entrave para se trabalhar com pessoas com deficiência. Mostra que a sociedade em 2017 já deveria estar voltada a abranger essa população. Ademais, reitera a importância da interiorização. Com a voz, Rejane parabenizou a todos os presentes e disse que se sentiu premiada por toda a manhã. Voltando para **Terezinha Nunes** que afirmou que a deputada Laura Gomes não pode estar presente, pois está no interior. Disse que oficiou o secretário de educação mas ainda não obteve resposta sobre os temas. Dito tudo isso, a deputada Terezinha Nunes agradeceu a presença de todos, convidou para a próxima reunião e encerrou. E, para que tudo conste em registro, foi lavrada e digitada Ata, que será posteriormente aprovada, assinada e publicada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

Recife, 19 de outubro de 2017.

Deputada Terezinha Nunes <p>Coordenadora Geral:</p>
Membros
Laura Gomes
Roberta Arraes
Zé Maurício

Portarias

PORTARIA N.º 27918

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício n.º 24/2018, do **Deputado Beto Accioly**,

RESOLVE: alterar e cancelar a gratificação de representação dos servidores, conforme relação abaixo, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de abril de 2018, nos termos da Lei n.º11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis n.ºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13 e 15.985/17.

NOME	Cargo/ Símbolo	Percentual Atual (DE)	Novo Percentual (PARA)
ANDRÉ SOARES DA SILVA	Secretário Parlamentar/PL-SPC	50%	0%
LORENA MILENA TEIXEIRA GOMES	Assessor Especial/PL-ASC	120%	104,35%
SÉRGIO JONATAS BARBOSA	Secretário Parlamentar/PL-SPC	20%	120%

Secretaria da Assembleia Legislativa

do Estado de Pernambuco

Em, 05 de abril de 2018.

Deputado **DIOGO MORAES**

Primeiro Secretário

PORTARIA N.º 280/18

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício n.º 07/2018, do **Deputado Gustavo Negromonte**,

RESOLVE: alterar e cancelar a gratificação de representação dos servidores, conforme relação abaixo, nos termos da Lei n.º11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis n.ºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13 e 15.985/17.

NOME	Cargo/ Símbolo	Percentual Atual (DE)	Novo Percentual (PARA)
JOSÉ ABÍLIO DA SILVA	Assessor Especial/PL-ASC	114,85%	120%
ROSTAND CYSNEIROS NEGROMONTE FILHO	Chefe de Gabinete/PL-CGC	43,40%	0%
AMARO JOSÉ DA SILVA	Assessor Especial/PL-ASC	55%	70,75%

Secretaria da Assembleia Legislativa

do Estado de Pernambuco

Em, 05 de abril de 2018.

Deputado **DIOGO MORAES**

Primeiro Secretário

PORTARIA N.º 281/18

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 017/2018, do **Deputado Aluísio Lessa**,

RESOLVE: atribuir ao servidor **BRUNO MOTTA ALVES DA SILVA**, gratificação de representação de 16% (dezesseis por cento) no cargo em comissão de Assessor Especial, Símbolo PL-ASC, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nº 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13 e 15.985/17.

Secretaria da Assembleia Legislativa

do Estado de Pernambuco

Em, 05 de abril de 2018.

Deputado **DIOGO MORAES**

Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 252/18

A SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 561/2018, do Presidente deste Poder Legislativo, **Deputado Guilherme Uchoa**,

RESOLVE: fazer retornar à Prefeitura Municipal de Poção o servidor **ROBERIVAN DE MELO**, retroagindo seus efeitos ao dia 16 de março de 2018.

Sala Austro Costa, 05 de Abril de 2018.

CRISTIANE ALVES DE LIMA SANTANA

Superintendente Geral

Folheie o Diário Oficial com apenas alguns cliques



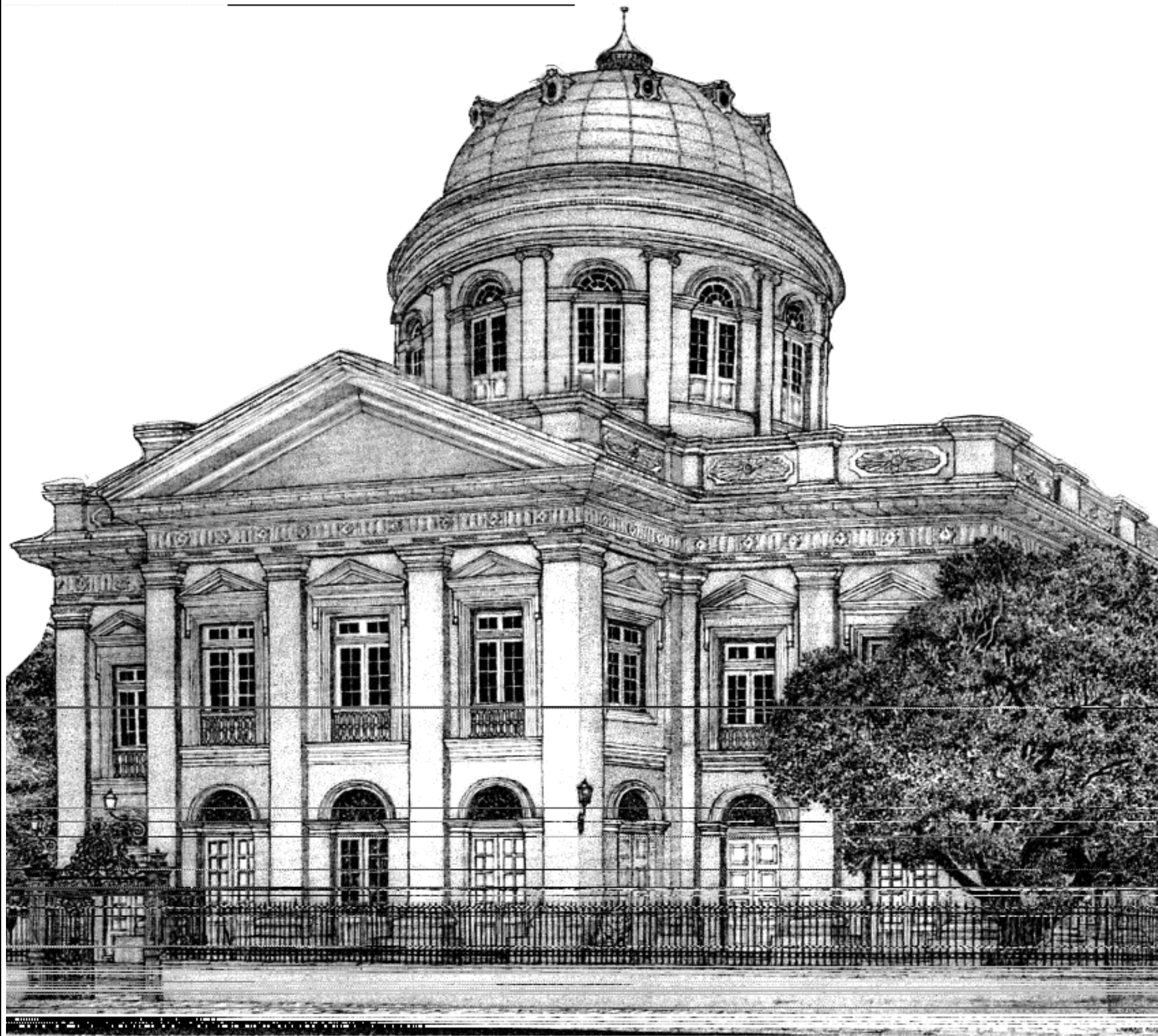
Agora, você pode acompanhar, na íntegra, a versão digital do Diário Oficial do Poder Legislativo. A Assembleia Legislativa de Pernambuco disponibiliza, em seu site, o flip do jornal. Acesse, clique e confira.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO**
A CASA DE TODOS OS PERNAMBUCANOS

www.twitter.com/alepeoficial | www.facebook.com/assembleiape | www.alepe.pe.gov.br

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



**A CASA DE TODOS OS
PERNAMBUCANOS**